

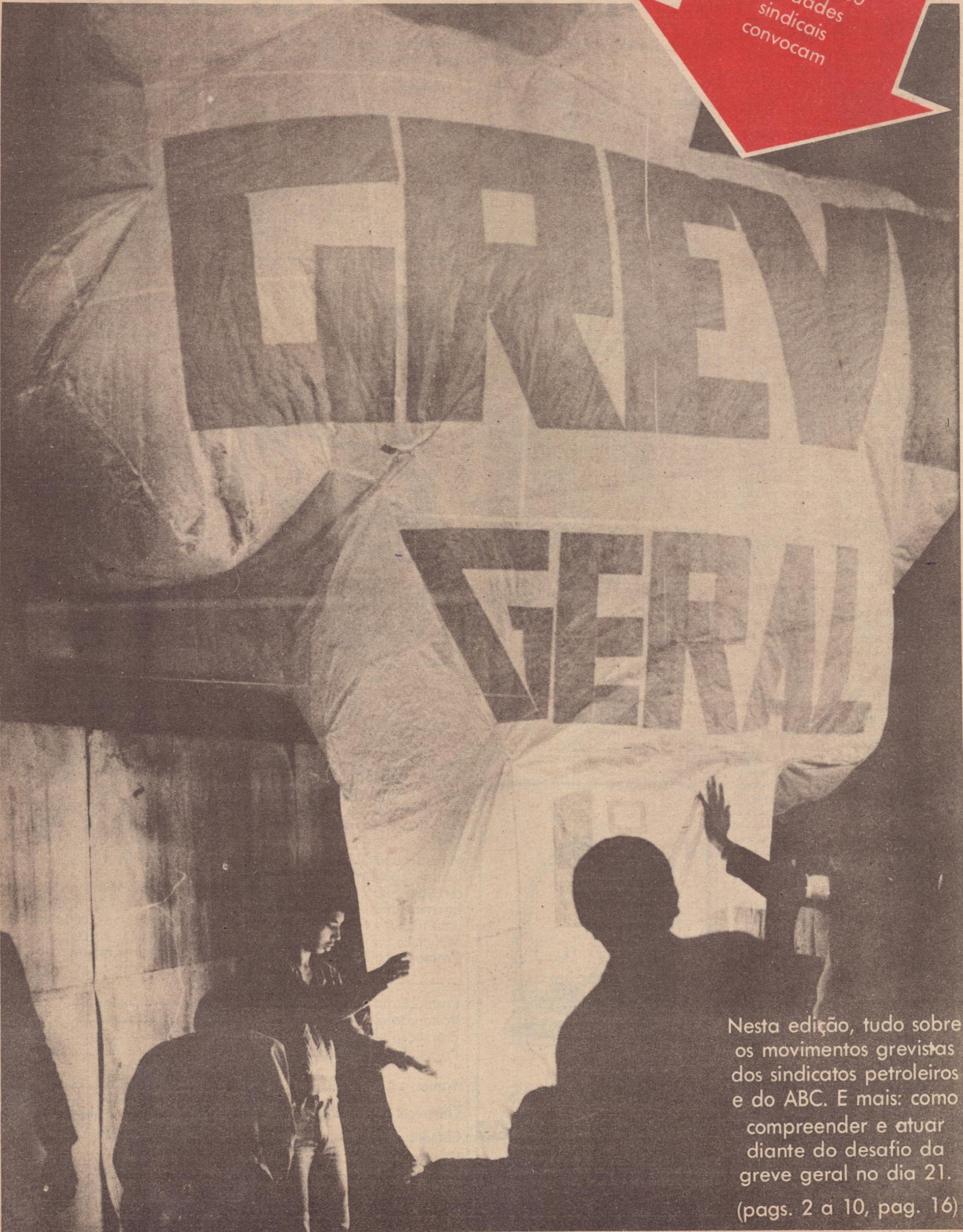
EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Nº 174 • Ano VI • De 14 a 27 de julho de 1983 • Cr\$ 150,00

Dia 21 de julho

Mais de 130
entidades
sindicais
convocam

Foto: Jesus Carlos



Nesta edição, tudo sobre os movimentos grevistas dos sindicatos petroleiros e do ABC. E mais: como compreender e atuar diante do desafio da greve geral no dia 21. (pags. 2 a 10, pag. 16)

Editorial

Fazer a greve geral

O país dos absurdos ouve falar em crise e cada dois minutos. Crise econômica e FMI. Crise do PDS, Racha no PMDB. Crise cardíaca e crise da sucessão. Escândalos e banquetes. O filho do Ministro das Minas e Energia, nomeado prefeito de Fortaleza sentenciado: o país foi intoxicado por obras faraônicas, é hora de desintoxicar. A comparação clínica (ou cínica) insinua a forma de tratar o doente: acaso se aplicará uma sangria?

É disso que se trata. Uma evidência que não custa repetir: crise capitalista e "saneamento" da economia não são **doenças** do sistema, mas formas cíclicas de purgar os excessos que fazem parte da sua própria essência. A solução burguesa será oferecida ao proletariado e à pequena burguesia de duas maneiras: pela força, em doses homeopáticas de pacotes, ou "pelo consenso" a que querem conduzir os teóricos do "mal menor", como Tancredo Neves e Giocondo Dias.

O elemento que muda o quadro numa crise econômica e social e pode oferecer uma alternativa qualitativamente diferente é a atividade das massas proletárias. Nesse sentido, as últimas mobilizações, que analisamos nesta edição, mudam o quadro do país, ainda muito tímida. Mas, o que é mais significativo, mudam o quadro do movimento operário e sindical, empurrando-o para fora das disputas aparelhistas com vistas às articulações intersindicais e jogando-o na disputa pelas ações de massa. A ação política das massas desmascara as forças políticas verbalmente oposicionistas, aclarando essa noite dos conchavos em que todos os gatos são pardos.

Nesse quadro, não há o que vacilar diante do dia 21. Tudo fazer para que consiga, efetivamente e nas melhores condições possíveis, uma paralisação que reforce o nível de organização, politização e luta do proletariado. Assim, as Intersindicais, que pairaram olímpicamente sobre os últimos acontecimentos, tem a obrigação de preparar, organizar e dirigir as manifestações do dia 21. Nesse trabalho se podem ir gerando e depurando os comandos de luta que devem ser o embrião dos organismos unitários da classe trabalhadora, inclusive da CUT.

As forças políticas, e sobretudo ao PT, cabe tomar firmes iniciativas de impulsionar essa que é, seguramente, uma das maiores manifestações políticas contra o regime. Trata-se também de um desafio nada "teórico" no mal sentido do tempo, para todas as propostas de linha e direção para o partido. Desafio para aqueles que afirmavam que o partido só influiria na "grande política" através do consenso moreno e "socialista" do sr. Brizola e de sua tática de transição via Figueiredo. Desafio para aqueles que querem apoiar o partido sobre uma atuação predominantemente parlamentar. Desafio para que o partido se construa como um organismo político de direção nas lutas de massa, azeitado e centralizado.

As leis de ferro do regime e do capital

Para por em prática uma política econômica que defenda os interesses dos trabalhadores será preciso literalmente virar o governo de cabeça para baixo.

É absolutamente ingênuo acreditar que se possa praticar uma política de governo de cunho popular impunemente hoje no Brasil. Ou se fica na superfície com medidas de efeito bastante reduzido sobre as condições de vida das classes trabalhadoras ou se choca com a onipresente legislação anti-popular vigente e a mão-de-ferro do capital.

Se, por exemplo, fosse decretado o congelamento dos gêneros e serviços de primeira necessidade, provavelmente ocorreria o seguinte: boicote dos produtos e formação de "mercados negros" da venda ilegal, desorganização completa da produção daqueles gêneros, principalmente agrícolas. Para ser eficaz, o congelamento exigiria uma reforma agrária, o deslocamento de uma enorme massa de incentivos para esse setor de produção, o controle da comercialização, a socialização do sistema de transportes coletivos.

Além disso, por detrás de cada aumento de preço ou de salário está a disputa pela apropriação do excedente, da mais-valia gerada. Cada cruzeiro que o Estado arrecada ou gasta com funções sociais é um cruzeiro arrebataado ou que deixou de financiar direta ou indiretamente o capital.

Da mesma forma, as demissões fazem parte da estratégia capitalista para defender a sua taxa de lucro, através da redução de custos e da redução de salários que a rotatividade acarreta. Uma política de estabilidade de pleno emprego entraria inevitavelmente em choque frontal com a dinâmica do sistema e com o poder dos capitalistas.

Vendido aos patrões

Uma forma de penetrar no âmago da política econômica do governo é conhecer as suas formas de arrecadação e de gastos. A começar pelo que o Estado arrecada: apenas 25% do que o governo arrecadou em impostos em 1980, resultaram de impostos sobre a renda. Os outros 75% são impostos indiretos que

são transferidos aos preços e pagos pelos consumidores em geral.

Por outro lado, quase 20% de toda a poupança financeira bruta arrecadada vem do PIS e PASEP, do FGTS arrecadado compulsoriamente dos trabalhadores. O FGTS foi alimentar o BNH que como se sabe desde 64 dedicou apenas 10% de seus financiamentos para famílias com renda inferior a cinco salários-mínimos. Os dois outros desde 1974 são geridos pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico (BNDE). Cerca de 80% dos financiamentos do BNDE se dedicam ao setor privado a taxas de juros subsidiadas, isto é, abaixo da inflação.

Uma outra forma do governo financiar seus gastos é também através da dívida interna, com a emissão de títulos como a ORTN e as LTN que são vendidos em troca da garantia de uma determinada taxa de juros a prazo. Quem são os principais tomadores das ORTN e LTN, quem mais lucra com este jogo? Estatísticas do Banco Central demonstram: os bancos privados que especulam. Mais dinheiro, portanto, que sai do bolso do governo para os capitalistas.

Mas o estado não apenas financia ou emite títulos: também produz eletricidade, por exemplo. Só que vende a energia elétrica a tarifas diferenciadas: o preço da energia de alta tensão (utilizada pela indústria) é, em média, três vezes menor do que o preço energia de baixa tensão (de utilização doméstica ou comercial). O que é uma forma travessada via preços de subsidiar o capital industrial com dinheiro do povo.

Mais além de todas estas formas disfarçadas de transferir dinheiro para os capitalistas (há dúvida que existem mil outros artificios), existem os caminhos assumidos claramente, isto é, os incentivos fiscais como os sob a ordem da SUDENE ou SUDAM. Ou os projetos de exportação: atualmente cerca de 85% dos produtos exportados recebem algum tipo de incentivo e de cada 100 cruzeiros de produto exportado, 32 é subsidiado.

Uma política econômica que interesse aos trabalhadores implica, por tanto, literalmente virar o governo de cabeça para baixo.



EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 174 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	3.000,00
Promoção nº 2 - _____	5.000,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ CEP: _____
 Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57
 CEP 05414

Uma crise como aquela que atravessamos — crise econômica, social, política, etc — tem pelo menos o mérito de instituir um strip-tease diário do regime nas notícias de jornal.

O strip-tease poderia começar pelas declarações de Delfim Netto, não fosse o evidente mau-gosto da cena. Recentemente, o sr. ministro veio a público choramingar que quando foi feita a dívida ninguém protestou, e que portanto também não se deve esparnar na hora de pagar a conta. Segundo o sr. ministro, todos concordamos (pelo silêncio) que a dívida valeria a pena, já que traria estradas, TV colorida e via-satélite, DDD, e muitos outros confrontos da atraente american-way-of-life. Sem dúvida, graças aos consórcios, aos mecanismos de crédito ao consumidor, às cadernetas de poupança e outras mágicas invenções do bunker econômico do sistema, foi-se mantendo uma inversão tão chocante quanto aquela que assistimos: se antes o crédito era um meio e um pretexto para fazer comprar mercadorias, hoje a compra da mercadoria é quase que um brinde que acompanha a compra de dinheiro, isto é, de crédito. Não poderia haver melhor homenagem ao centenário da morte de Marx do que essa graciosa fetichização do dinheiro.

Consentimos pelo silêncio. Sim, houve e há consentimentos desse tipo, e a chamada "ciência política" teria muito que explicar como o esquecimento é fácil.

Maior o roubo, maior o cinismo

1. "É preciso que aqueles que têm a responsabilidade de impedir que a situação não se agrave (o governo de S. Paulo) não se omitam" (General Danilo Venturini, secretário do Conselho de Segurança Nacional).

2. "Posso assegurar à população que a ordem está mantida. Quero fazer um apelo a todos os setores da população para que não aceitem provocações. Não é este o momento de movimentos reivindicatórios violentos e precipitados. É através da luta democrática que nós iremos conquistar as modificações que a grave situação do País está a exigir de nós" (Franco Montoro, aquele do "você sabe, é preciso mudar").

3. "Essa greve não parece fazer parte do jogo democrático" (general Rubem Ludwig, chefe da Casa Militar da Presidência) — ao que parece o jogo democrático é a disputa entre Andreazza versus Maluf, para ver quem promove mais banquetes e esculhamba mais o país.

4. "A greve é impatriótica (...) exatamente hoje os funcionários mais bem pagos do Brasil, mais estáveis em seu emprego, trabalhando no serviço público, prejudicou ou ameaçam prejudicar o consumidor e as fábricas brasileiras com uma greve dessa" (Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, referindo-se aos petroleiros de Campinas, cujo salário médio, incluindo diretores, é de 270 mil, com um saldo de três acidentes graves em dois anos).

5. "Com a autoridade de quem sempre defendeu a Petrobrás contra todas as investidas externas (...) A greve numa empresa como a Petrobrás só pode interessar a quem é contra a ordem do país, contra a própria Petrobrás e a quem põe seus pequenos e inconfessáveis interesses acima da sociedade e do País" (Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás. Atenção Ueki, garoto de recados de Geisel não se refere aos contratos de risco que bolou com seu patrão, nem ao emprego que Geisel arrumou na multinacional petroquímica, graças aos "bons serviços" prestados).

6. "Ninguém pode entrar em greve a favor da soberania nacional" (Ueki).

Nós e a dívida

Fizemos uma aposta com o diabo e ele agora nos cobra a alma? O brasileiro deve pagar a dívida?

Agora, para os ouvidos do senhor ministro não soaria desagradável lembrar como se calaram aqueles que não silenciaram? Quantos sindicalistas — operários que não se resignaram a morrer de fome — não foram mortos por vias mais rápidas, ou foram periodicamente recolhidos às câmaras de tortura física e psicologia da repressão financiada pelo milagre? Quantos intelectuais foram aposentados, cassados pelo AI-5 e "convidados" ao exílio para que a única estrela "científica" que luzisse fosse a dos Delfins, Velosos, Simonsens e Campos? Quantos partidos foram proibidos? Quantos jornais apreendidos ou esmagados pelo terror oficial ou oficioso?

Hoje a hora é dos democratas recém-convertidos. Os ratos que abandonam o navio. Os mesmos que sustentaram e justificaram abertamente a ditadura e o seu gigantesco aparelho de fazer silêncio. Porque agora é hora de ver quem paga a conta.

Pergunta-se, maliciosamente, se um homem honrado pode se recusar a pagar os empréstimos que fez para sobreviver. Adverte-se que, durante todos estes anos, o Brasil (quem?) consumiu mais do que

podia, gastou mais do que ganhava. O país não existe como pessoa "média": o país, queiram ou não, está dividido, como sempre esteve, na hora de trabalhar e na hora de comer. E não poderia deixar de estar dividido na hora de pagar as despesas.

Sim, emprestamos. E a isso que devemos a construção das escolas, estradas, dos automóveis, da TV a cores? Fizemos uma aposta com o Diabo e ele agora nos cobra a alma? Já faz tempo que histórias de assombração e lições de moral dos imorais já não nos comovem nem assustam.

Quanto caíram os salários reais (e não apenas o mínimo) e as aposentadorias dos que escapam da morte no campo de concentração do trabalho? Quanto pagam de impostos indiretos os assalariados de baixa renda, comprado com o que pagam os capitalistas?

Certamente o senhor ministro responderia que isso tudo é "bobagem".

Mas nós podemos insistir em mais perguntas, que na verdade não fazemos para que ele as responda. Fazemos essas perguntas a nós mesmos, para descobrir

como ainda conseguimos viver debaixo de um regime desse tipo.

Dizem os office-boys do FMI que devemos pagar quem nos emprestou, que os bancos e corporações multinacionais tem juros e lucros a receber. Nós sabemos como é generosa a lei de remessa de lucros implantada depois de 1964. Mesmo assim ela não basta: nem mesmo os técnicos do governo conseguem negar que os generosos senhores do dólar subfaturam e superfaturam do jeito que bem entendem.

Há pouco tempo foram descobertos algumas operações irregulares de entrada de produtos eletro-eletrônicos e componentes químicos, destinados a multinacionais legalmente instaladas no país. O tombo, só no ano passado, parece ter chegado perto dos 4 ou 5 trilhões de cruzeiros, ou seja, mais da metade das prestações e juros da dívida do ano passado! E esses senhores nos vem cobrar! Ora veja. O senhor general Ernesto Geisel, o austero presidente da república que se transferiu, de armas e bagagens (imagina-se quais) para uma multinacional da petroquímica, foi, durante seu reinado, à Inglaterra levantar empréstimos destinados à compra de material ferroviário na própria Inglaterra. Nada mais parecido que o regime de trabalho que as fazendas, de coronéis e jagunços, impunham os alugados, os quase-escravos que se esfolavam para pagar a dívida de comida no "barracão" do proprietário de terras.

O absurdo é amplo, geral e irrestrito

1 — O salário-mínimo hoje é três vezes menos do que deveria ser, de acordo com os cálculos do DIEESE, para sustentar o trabalhador de acordo com a cesta básica prevista na Constituição. O salário-mínimo é hoje apenas 66% de seu valor há vinte e dois anos atrás apesar de todo o crescimento da economia do país no período.

2 — A indústria paulista demitiu nos últimos dois anos 405 mil trabalhadores de acordo com a FIESP. Assim, a força de trabalho empregada na indústria caiu para 1,6 milhões, o mesmo nível de emprego de julho de 1973. Mesmo assim, o governo prossegue em sua política recessiva.

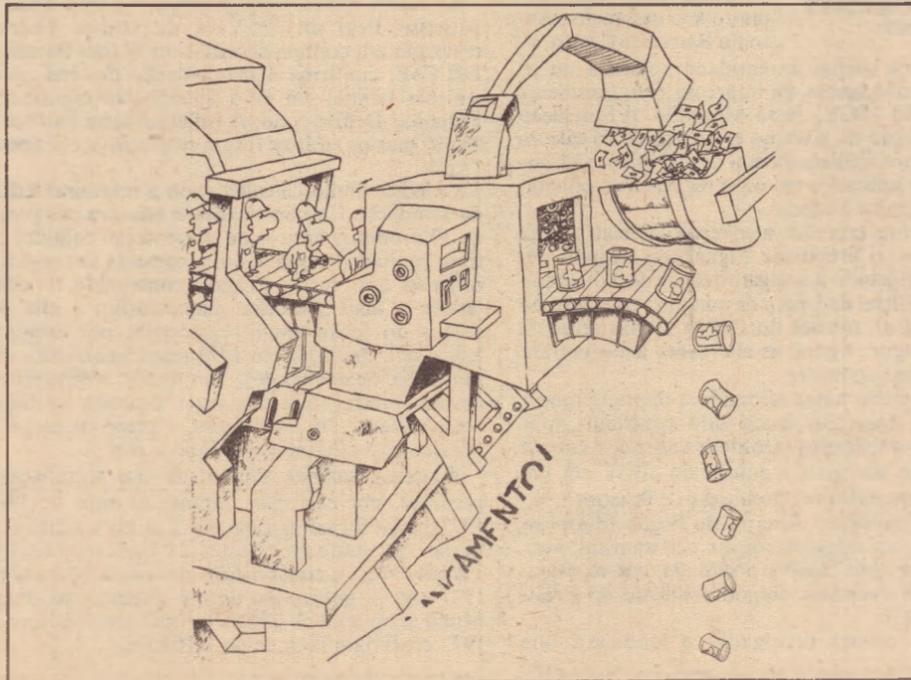
3 — De acordo com uma análise de balanço apresentado por 25 empresas para o ano de 82 realizada pela publicação **Relatório Reservado**, nada menos que 21 empresas apresentaram, crescimento percentual da receita financeira superior ao lucro resultante de sua verdadeira atividade. Assim, favorecidos pela política econômica do governo, as empresas despedem até o limite do suportável, aplicam os recursos economizados no

mercado financeiro, cuja rentabilidade supera, de longe, os investimentos produtivos. É o círculo da especulação e do desemprego, estimulado até o limite pelo governo.

4 — O cálculo da rentabilidade efetiva dos maiores bancos comerciais do país, no ano passado, mostra como os bancos lucram com a crise: a rentabilidade efetiva do Banco Safra, por exemplo, atingiu 424% (foi quatro vezes maior); o do Mercantil de São Paulo atingiu a cifra de 185%. Os bancos têm tal lucratividade porque as taxas de juros estão muito elevadas. O governo tem em suas mãos todos os instrumentos necessários para controlar as taxas de juros: o próprio governo, através dos bancos estatais, é que responde por 70% do volume do crédito no país; todo o mercado financeiro, todas as suas regras, tudo é determinado pelo Banco Central do Brasil, que é do governo. Assim, os juros são altos porque o governo quer e incentiva.

5 — Os latifúndios e grandes empresas rurais que até 1978 ocupavam 91% das terras no Brasil com apenas 33% das propriedades aumentam a concentração de rendas no meio rural mas não contribuem para aumentar a produção de alimentos. São as propriedades com menos de 100 hectares (apenas 21% da área ocupada) que produzem 59% do café, 72% do milho, 49% do arroz, 43% do trigo, 82% do feijão e 89% da mandioca. No entanto, toda a política oficial estimula a concentração de terras, além de dar todo o privilégio dos financiamentos oficiais às maiores propriedades e empresas.

6 — Nestes 16 anos o BNH destinou 90% de seus financiamentos para as famílias com renda superior a cinco salários-mínimos. Através de vários expedientes, o governo entesourou, desviou ou destruiu cerca de 50% dos fundos do BNH que em 1980 atingiam 2,423 trilhões de cruzeiros. Com a crise, o Banco vem aumentando as prestações dos mutuários ao mesmo tempo que desacelera a construção de programas populares. Enquanto as prestações dos mutuários são reajustados mensalmente pelas ORTNs, os salários são reajustados apenas semestralmente pelo INPC.



Expurgo dos salários

O gangsterismo toma conta do país

O chamado expurgo do INPC não passa de mais um ato de gangsterismo da equipe do Planalto. O controle dos juros e dos preços, o que verdadeiramente interessa numa proposta de combate à inflação, foi solenemente esquecido por Delfim e Cia.

Por Maurício Borges

O pacote recentemente adotado pelo governo foi considerado inócuo por empresários e membros do próprio governo. Argumentavam os críticos que a não ser que se procedesse a uma desindexação total, o pacote apenas contribuiria para o recrudescimento da inflação, e, em última instância, para o agravamento da atual situação.

Pregava-se, assim, o expurgo do INPC e da correção monetária, contribuindo para a substituição do reajuste dos salários e dos rendimentos do capital. Esta conversa ignora convenientemente o fato de que os ganhos do capital derivam não da correção monetária e sim dos juros e dos preços fixados pelos bens e serviços. No fundo, são estas duas variáveis que verdadeiramente interessam numa proposta de combate à inflação e que foram "esquecidas" ao se propor a "desindexação total".

Na realidade, o controle de juros e preços só é possível sob o capitalismo, no contexto de uma economia de guerra onde o estado possa em nome deste controle, confiscar estoques, congelar ativos monetários e financeiros, arbitrando enfim, de forma decisiva, os ganhos do capital. Fora desta exceção, a proposta de desindexação total não passa de um neologismo para designar o nosso velho e conhecido arrocho salarial.

Expurgar até greves

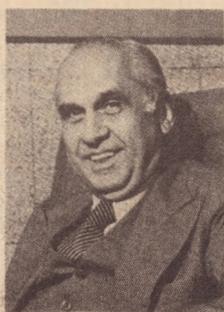
A despeito disso, a sucessão de absurdos que se sucederam ao "pacote" não para aí. A verdade é que o governo já adotou um expurgo imediato para os índices (INPC e correção monetária) a contar de junho ao passo que os efeitos do "pacote" em termos de inflação não serão imediatos, mesmo aqueles de efeito de curto prazo como o corte dos subsídios ao trigo. Neste caso, o aumento que entrou em vigor (100% para o trigo e 60% para o pão) só terá efeito em julho e, mesmo assim, o próprio aumento está aquém do que deveria ser na hipótese de um corte efetivo do subsídio ao trigo (com o aumento de 100%, o preço do trigo vendido aos moinhos passou de 22% do preço de mercado para 44%, o que representa ainda um subsídio de 56%). Outras medidas como o corte dos juros subsidiados para a agricultura só terão efeitos sobre a inflação no ano que vem o que confirma a hipótese de que o expurgo pouco ou nada tem ver com o próprio "pacote".

Isto fica bastante claro ao se verificar que o procedimento da Fundação IBGE para efetuar o expurgo foi totalmente arbitrário conforme denúncia dos próprios técnicos do órgão. Nesse sentido, adotou-se um expurgo de 1,5% em julho (INPC real de 8% rebaixado para 6,5%) e de 1% para julho independentemente dos próprios efeitos do pacote. Além do mais, o expurgo passou a incluir acidentalidades bastante subjetivas como enchentes, geadas no sul, seca no nordeste e até mesmo eventuais greves.



Presidente do IBGE falseia a realidade

Este é o título da nota oficial do sindicato dos economistas do Rio de Janeiro denunciando as novas fraudes no cálculo do INPC. Em São Paulo, o perito da Justiça Federal divulgou laudo confirmando e explicando a manipulação dos índices de reajuste salarial em 1973.



Jessé Montello

divulgar nota oficial da entidade pondo a nu as afirmações divulgadas na imprensa pelo presidente da Fundação IBGE, Jessé Montello. A Fundação IBGE é o órgão do governo encarregado do cálculo do INPC após a coleta mensal de 200 mil preços aos consumidores apurados em nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal.

Pior, o crime tem toda a cobertura oficial. No dia 14 de junho, o presidente Figueiredo assinou um decreto extinguindo a obrigatoriedade de publicação no *Diário Oficial da União* de qualquer alteração na metodologia do cálculo do INPC 30 dias antes de entrar em vigor. Agora, as alterações feitas entram em vigor imediatamente.

Jessé Montello havia afirmado à imprensa que o cálculo dos expurgos havia sido concluído após extensos e complicados métodos estatísticos, em um trabalho que envolveu a equipe do IBGE em um trabalho "sem sábados, domingos e feriados". No entanto, os próprios técnicos do órgão foram ao sindicato de sua categoria, os dos economistas, para informar que nada disso era verdade, que os cálculos eram de exclusiva responsabilidade do presidente do IBGE.

Na nota oficial divulgada, o sindicato dos

"Não estamos mais em tempo de milagres. Além disso, o que está começando a acontecer aos trabalhadores brasileiros é algo da maior gravidade. Através deste expurgo arbitrário, o governo vai alterar a metodologia do cálculo do INPC sem consultar o Congresso e os trabalhadores. Trata-se de um crime". A afirmação é do presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, Antonio Barros de Castro, ao

economistas afirma "que não é possível a quantificação precisa do impacto da retirada dos subsídios ao petróleo e ao trigo sobre o INPC, a partir da matriz de insumo — produto de 1970. "Acréscita ainda "que" os estudos para quantificar o expurgo carecem de base técnica, partem de dados desatualizados ou inexistentes e de conceitos desprovidos de qualquer sentido econômico".

A verdade é que um vasto campo à fraude dos salários está aberto. Para uma inflação de 12%, o INPC sem expurgo recém divulgado é de apenas 8%. Quem confia no IBGE, instituição que, pelo seu papel, deveria se cercar de todo o rigor científico?

Fraude comprovada

O laudo recém divulgado pelo perito Cláudio Augusto Leal da 7ª Vara da Justiça Federal, realizado em comum acordo com Wálter Barelli do DIEESE, confirma a manipulação dos índices de reajuste salarial em 1973 quando era ministro da Fazenda, Delfim Neto. A inflação neste ano foi de 26,1% mas os salários foram reajustados em apenas 13,6%.

O índice então calculado sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas se baseava nos preços de 30 produtos básicos de alimentação colhidos em treze capitais do país. Com a consulta aos registros originais dos preços, só agora conseguida, foi constatada a mais grosseira manipulação: a alta dos preços do feijão em Florianópolis, por exemplo, havia sido de 337% em 1973 mas foi contabilizado um índice de apenas 46%; em Recife, a elevação do mesmo produto foi dez vezes superior ao índice contabilizado; em São Paulo, o preço da carne de boi quatro vezes menor do que o real.

A perda salarial acumulada dos metalúrgicos paulistas, por exemplo, durante os anos de 1972, 1973 e 1974 foi assim de 46,5%. Em 1973, o DIEESE havia contestado os cálculos da Fundação Getúlio Vargas. Mas, a confirmação da fraude só viria em 1977 com a publicação de um relatório do Banco Mundial no qual os índices inflacionários do ano de 1973 conferiam com os do DIEESE.

Fraude oficial e legal

No fundo, o que o governo se propôs (e conseguiu) é o de sempre: a manipulação pura e simples dos índices de reajustes salariais, um velho hábito do senhor Delfim e sua equipe. Aliás, não deixou de ser exclusivamente por isso que há algum tempo foi providenciado o afastamento de Isaac Kersternevsky da presidência da Fundação IBGE e sua substituição por Jessé Montello, que até o momento, demonstrou todo o seu talento para a fraude ao manipular os índices de crescimento do Produto Interno Bruto (1981 e 1982) e os índices de desemprego.

Por outro lado, o hábito da fraude não consiste apenas na manipulação de índices (manipulação que obteve afora um reconhecimento como coisa legal e oficial) mas no estilo com que a discussão é lançada para o conjunto da sociedade. Na verdade, a tática consiste em lançar uma cortina de fumaça que serve exclusivamente para distrair a opinião pública da verdadeira questão a ser debatida. No caso recente da mudança da lei do

reajuste salarial, a cortina de fumaça consistiu em discutir o adicional de 10% acima do INPC quando a verdadeira e principal foi o arrocho introduzido nas faixas salariais acima de sete salários mínimos. Agora, discutiu-se a desindexação tendo em vista os efeitos inflacionários do "pacote" ao passo que a verdadeira questão é o aprofundamento do arrocho salarial não como contrapartida do pacote mas como tentativa de frear um processo de recrudescimento inflacionário de origem bastante anterior ao "pacote".

Inflação e gangsterismo

Isto nos leva ao ponto central. A razão última para toda esta conversa de desindexação, expurgo, acidentalidade e outros nomes menos votados, não é o "pacote" mas sim algo muito mais importante e que lhe antecede. Na verdade, desde dezembro de 1982, passou a ficar bastante claro que estávamos diante de um novo processo de recrudescimento inflacionário cujo pivô é o comportamento da agricultura brasileira. De 1980 até o ano passado, período de preços de petróleo elevados, recessão internacional, liquidez curta e juros elevados, recessão internacional, liquidez curta e juros elevados nos mercados financeiros internacionais, o único fator positivo para o não agravamento da situação interna da economia brasileira foi o comportamento da agricultura marcado por boas safras e preços relativamente baixos. Este triênio (1980-1983) sucedeu a outro relativamente desfavorável (1977-79, com preços em alta e safras fracas) que por sua vez sucedeu a um favorável (1974-76).

Este ciclo trienal é típico da agricultura brasileira e explica-se pela sua resposta (envolvendo um certo lapso de tempo) ao movimento dos preços agrícolas. Entramos agora num triênio (1983-1985) caracterizado pelas más safras, e, conseqüentemente, preços agrícolas em ascensão. Nestas condições, o recrudescimento da inflação mostrou-se já claro nos dois primeiros meses do ano e tornou-se definitivo com a maxidesvalorização do cruzeiro no final de fevereiro. O patamar da inflação que se situava em cerca de 7% ao mês e 100% ao ano, elevou-se abruptamente para 9% ao mês e 170% ao ano. É este novo patamar que informa, em última análise, o aprofundamento do arrocho travestido na desindexação.

Entretanto, visto de outra forma, esta é quase uma medida final de desespero de uma equipe de tecnocratas cujo estilo central — o gangsterismo — está totalmente deslocado com as necessidades do momento. Na medida em que a crise agrava-se dia a dia, a mudança ministerial parece ser uma questão de semanas e, no máximo, de um a dois meses.

Funcionários Federais Obstinação pela vitória

Por Lucy Ayala

Os servidores públicos federais realizaram a primeira greve nacional do ano. Sua mobilização sacudiu o país de alto a baixo criando um clima propício para a retomada das lutas dos trabalhadores. A mobilização dos funcionários das estatais logo em seguida colocou na ordem do dia a deflagração da greve geral. A Executiva do Comando Nacional dos Servidores Federais, sintonizada com o conjunto do movimento sindical, já indicou para os companheiros e entidades do funcionalismo, a realização de assembléias preparatórias para a participação dos servidores na greve geral do dia 21 de julho.

Esta foi a lição aprendida e ensinada pelos servidores públicos federais, categoria que heroicamente empreendeu a primeira greve nacional do ano de 1983, paralisando 204 mil servidores de um total de 468 mil existentes no país.

Sem contar com uma organização consolidada a nível local, estadual e nacional, enfrentando entidades pelegas e traidoras, a intransigência do governo federal a repressão policial e sua própria inexperiência, estes trabalhadores abriram o caminho para suas lutas numa greve diretamente contra o governo federal, seu patrão, e a política de arrocho salarial.

A entidade que afirma representar o conjunto dos servidores públicos — municipais, estaduais e federais, reunindo mais de 500 entidades — no início do movimento colocou-se como observadora, para logo após passar, com armas e bagagens, para o lado do governo. Apesar de ser uma confederação não regida pela CLT, a entidade se organiza segundo o modelo de sindicalismo vertical. Reproduz também o peleguismo desses organismos, que nessa greve se traduziu em denúncias do comando e posicionamentos públicos contra a greve, além de tentativas de negociação paralela com o governo.

A organização construída na luta

Não contando com essa entidade, os servidores organizaram-se com recursos próprios: realizaram o I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, em março, que sistematizou as reivindicações e traçou um plano de lutas. Os comandos foram estruturados aos níveis locais estaduais e nacional com as entidades combativas que conduziam a luta e com representantes de base eleitos em assembléias. Reivindicando um reajuste de 70% a partir de

“Aprendemos que para lutar contra um inimigo poderoso como o atual governo a união, a organização e a obstinação pela vitória, são armas decisivas para o nosso movimento: quando estamos isolados, somos fracos; quando lutamos separados, somos dizimados; mas, quando estamos todos juntos, nossas vozes enchem as praças e fazem o planalto tremer...”



Avanços na organização

Os servidores públicos voltaram ao trabalho com um plano de retomada de lutas. Durante o mês de julho serão realizadas assembléias por setores gerais para avaliação do movimento e Encontros Estaduais de Servidores até o período que antecede o Conclat. Nas vésperas do Congresso da Classe Trabalhadora, dia 25 de agosto, haverá um encontro dos servidores federais delegados à Conclat. Todo este processo será preparatório ao II Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais marcado para os dias 9, 10 e 11 de setembro, que tem por objetivo avaliar o movimento nacionalmente e traçar novas normas de luta.

Este processo será acompanhado pela formação de novas entidades onde não existiam (cerca de 80 mil servidores que aderiram à greve não contavam com

nenhuma entidade) e pela retomada das entidades pelegas transformando-as em instrumentos de luta dos trabalhadores. É o caso da Fasubra, cuja diretoria será eleita em janeiro pelos presidentes das entidades filiadas, muitas delas com eleições marcadas para o segundo semestre, contando com a presença de oposições fortes, que dirigiram a luta recente do funcionalismo.

Nesse processo, será fundamental a manutenção da Comissão Nacional de Mobilização como ponto de apoio para as oposições e referência de luta permanente para a categoria. Os servidores saíram de 40 dias de greve com a disposição de retomarem a luta. Já não são mais uma categoria inexperiente, já contam com uma direção reconhecida e testada na luta e já estão traçando o caminho para aprofundar a sua organização. (L.A.)

maio, 13º para os estatutários, reajuste semestral, direito a sindicalização e um novo estatuto do funcionalismo — o atual, que rege os três níveis de servidores é de 1952 — os servidores foram a luta.

São Paulo, estopim da greve, começou a paralisação dia 18 de maio, resistindo sozinho,

por doze dias, quando então os mecanismos traçados para a mobilização começaram a funcionar. Lentamente os demais estados foram aderindo à paralisação. Nos estados, o movimento foi explosivo, paralisando até mesmo setores até então desarticulados, que entravam em contato com a mobilização pelos jornais. No entanto, a lentidão com que a

greve foi se expandindo pelos estados quebrou a resistência dos que primeiro paralisaram: o Rio de Janeiro que paralisou 70 mil dos 130 mil servidores só entrou na greve dia 14 de junho, quase um mês após a deflagração do movimento em São Paulo

Não atingiu o coração do inimigo

Minas Gerais, o último dos 14 estados que aderiu ao movimento, entrou um dia antes do encerramento.

O fato da greve atingir basicamente o setor de saúde e previdência (INPS, IAPAS e INAMPS), e parcialmente o setor de educação — (docentes e funcionários de setores vinculados ao atendimento ao público —, permitiu que o governo resistisse ao movimento: os grandes ministérios, o coração da máquina administrativa do estado não chegou a ser abalado... Conquistou, no entanto, adesões e simpatias inesperadas, como é o caso da polícia federal do Espírito Santo, que fez corpo mole em reprimir o movimento, desacetando, na prática, as ordens de repressão.

Este não foi o caso, no entanto, da maioria dos estados onde, apesar dos salários de delegado de polícia, já reajustados serem de 102 mil cruzeiros, a polícia atuou firme na repressão, infiltrando a agentes provocadores nas assembléias, espalhando boatos, prendendo ativistas.

No Paraná, onde a paralisação do INAMPS foi total, o policiamento invadiu uma das agências retirando os cartões dos aposentados. No entanto, neste estado, a repressão atingiu formas mais sofisticadas: uma das lideranças da greve foi comprada pelo superintendente do INAMPS, quase sendo linchado numa assembléia.

Este foi um dos ônus pagos por uma categoria sem tradição de mobilização, com direções ainda não testadas na luta.

Mesmo assim o movimento avançou fazendo com que o governo reconhecesse a greve: dia 20 de junho o presidente da república, em seu primeiro ato de reconhecimento do movimento, foi para a televisão ameaçar os grevistas. A resposta foi imediata: dia 21 realizou-se na rampa do Congresso, em Brasília, um ato público com representantes dos estados visando abrir o diálogo e estabelecer as negociações.

Mas o movimento não teve a força suficiente para atingir a vitória. O fim da greve foi decidido dia 23 de junho e os servidores na semana seguinte, voltaram ao trabalho. Voltaram com a consciência de que a luta é dura e o inimigo poderoso mas que o servidor público recuperou sua dignidade, quebrou com o servilismo imposto por anos de ditadura e que precisa aprofundar sua organização e unificar a luta com os demais trabalhadores.

Mutuários do BNH Cresce o boicote das prestações

Em São Paulo uma assembléia de cinco mil mutuários realizada no último dia 26 tomou a decisão de boicotar as prestações. Em Porto Alegre, uma assembléia de mutuários contou com o comparecimento de cerca de cinco mil mutuários, representando vinte cidades. No ato público realizado no dia 1º de julho no Rio, cerca de seis mil pessoas decidiram pelo boicote e pela retirada do dinheiro das cadernetas de poupança. Em Minas já foram realizadas concentrações públicas em Belo Horizonte e cidades do interior, enquanto em Maceió, uma reunião convocada pela Federação das Associações dos Moradores de Conjuntos Habitacionais tomou a decisão do boicote. O movimento dos mutuários cresce em todo o país.

A origem da crise é a defasagem entre os índices de reajuste de salário, feitos à base do INPC agora expurgado e o reajuste da prestação da casa própria, feito pelas ORTN e que refletem mais de perto a inflação. Na berlinda, o famigerado BNH,

sempre explorando os trabalhadores que agora, organizados, exigem o seu fim.

Teoricamente o Banco Nacional da Habitação foi criado para solucionar o problema de habitação da classe trabalhadora. Sustentado pelo Fundo de garantia e pelas cadernetas de poupança seria uma forma dos próprios trabalhadores financiarem os projetos de construção popular.

No entanto, não é a isso que serve o Banco Nacional da Habitação, mas sim para fazer prosperar os banqueiros ligados ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e às grandes construtoras. O que sobra para os trabalhadores são os conjuntos habitacionais de péssima qualidade e que logo se transformam em taperas.

A realidade da própria política econômica do governo coloca um pepino nas mãos do governo: sua política de estímulo ao desemprego amplia os saques ao fundo de garantia, cujo montante no mês de abril, superou em 15% o valor depositado pelas

empresas nas contas dos trabalhadores empregados (dados do DIEESE). Além disso, o governo terá que manter o pagamento dos juros e correção monetária às cadernetas de poupança, mesmo com uma diminuição do pagamento das prestações.

Boicote

A Coordenação do Movimento dos Mutuários de S. Paulo está orientando os trabalhadores a não pagarem as prestações de julho independente do mês em que caia o reajuste; não fazer acordos, não assinar nenhum papel e a retirar o dinheiro das cadernetas de poupança. Explicam ainda que o boicote pode ser de duas formas: o boicote a seco, que significa simplesmente deixar de pagar as prestações de julho; e o boicote jurídico, que consiste em mover uma ação judicial contra o BNH ou agente financeiro, depositando em juízo uma prestação equivalente a prestação reajustada de acordo com o reajuste salarial.

Essa coordenação, surgida na primeira assembléia estadual de mutuários do BNH, apresenta como principais reivindicações aprovadas na Assembléia o reajuste das prestações do sistema financeiro habitacional em, no máximo, 70% do índice de reajuste de salário; que o trabalhador desempregado seja isento do pagamento das prestações; contra o reajuste semestral das prestações e a renegociação da dívida e a participação direta dos trabalhadores, através de suas entidades de classe e organizações de mutuários, na administração dos recursos do BNH.

Essas reivindicações foram apresentadas ao governo e já houve uma audiência entre a Coordenação e o Grupo de Estudos Interministerial. Até agora, nada.

Mas os mutuários já tem uma assembléia marcada para o dia 31 de julho para avaliar o movimento e propor a continuidade da luta.

(L.A.)

Funcionários das estatais No compasso da greve

A mobilização dos trabalhadores das estatais inaugurou um novo período na luta dos trabalhadores brasileiros. Precedida da greve nacional dos servidores públicos — que apesar de sacudir o país paralisando os grandes estados não atingiu a máquina administrativa — a mobilização dos trabalhadores nas estatais e a declaração de estado de greve em várias empresas, ameaça de paralisação os setores chaves da infra-estrutura do país.

A primeira manifestação dos trabalhadores das estatais contra a política recessiva do governo ocorreu em abril, quando o pacote estava apenas anunciado. O IV Encontro Nacional de Trabalhadores nas Empresas Estatais, reunindo 200 sindicalistas e 83 entidades sindicais, lançou um documento duro nas críticas à política de cortes no orçamento das empresas e organizou o Secretariado Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais — algo semelhante aos Departamentos Profissionais de Metalúrgicos, Eletricistas etc., vinculados à CNTI — composto por confederações, Federações e sindicatos de base. Ao lado disso, os sindicatos de petroleiros e bancários, com uma composição em geral mais combativa, buscaram articular-se nacionalmente para enfrentar o ataque às conquistas dos trabalhadores e à própria soberania nacional presente nos decretos.

A mobilização dos trabalhadores fez com que o governo recuasse num primeiro momento mas apenas para mudar de tática: ao invés de apresentar de uma só vez as medidas draconianas apontadas inicialmente, estas foram dissimuladas do decreto 2036, que é dúbio o suficiente para permitir várias interpretações e exige a edição de uma série de "pacotinhos". E a tática do governo parece ser exatamente esta: medidas homeopáticas, comendo aos poucos as conquistas dos trabalhadores em duras batalhas, tentando evitar o impacto e as reações mais enérgicas. Isso fica evidente na manutenção da falta de autonomia das direções das empresas para negociar com os trabalhadores e sua submissão direta ao Conselho Nacional de Política Salarial.

Feitiço contra o feiticeiro

As respostas dos trabalhadores tem sido de luta. Dia 23 de junho, dia de Protesto contra o pacote das estatais, reuniu no Rio de Janeiro mais de 50 mil trabalhadores: manifestações semelhantes ocorreram em vários outros estados, assembleias das categorias e setores tem se multiplicado reafirmando sua disposição de ir a greve na luta por seus direitos.



Presença massiva nas assembleias do sindicato dos bancários em São Paulo

O que eles reivindicam

A luta dos trabalhadores das estatais é contra o decreto-lei 2.036, que corta os direitos dos trabalhadores; o Decreto-Lei 2.037, que corta os investimentos das estatais e o Decreto-Lei 2.024 que estabelece novas formas de reajuste salarial.

A **estabilidade no emprego** é a reivindicação central de toda a mobilização dos trabalhadores das estatais na medida em que o governo, ao exigir o corte nas despesas das estatais apontando como mordomias os salários dos trabalhadores destas empresas, indica claramente a rotatividade como forma de diminuir a folha de pagamento pela demissão dos funcionários de mais altos salários e a contratação de outros por um pagamento mais baixo.

A **manutenção das gratificações** é uma outra das reivindicações comuns aos trabalhadores das estatais. E esta é uma das ambiguidades do texto do decreto, que ora fala em transformar as gratificações em

vantagem pessoal e ora que não vai permitir o aumento das vantagens. Esse é um dos itens apontados pelo governo como "mordomias" dos funcionários. Na verdade, são conquistas de anos de luta desses trabalhadores que se recusam a que essas gratificações sejam incorporadas ao salário já que isso traria seus salários para faixas mais altas e com aumentos menores.

A **negociação direta com a direção das empresas** e sua autonomia frente ao Conselho Nacional de Política Salarial como forma de garantir o poder de negociação dos trabalhadores.

Os funcionários do Banco do Brasil reivindicam ainda um novo quadro de carreira onde as promoções sejam reais e que seja único para todos os funcionários, garantindo que o ingressante tenha os mesmos direitos adquiridos pelo funcionalismo; o cumprimento dos acordos coletivos assinados pelo Sindicato e o reconhecimento dos delegados das agências com estabilidade no emprego.

O movimento, no entanto, se ressentia de uma efetiva coordenação nacional que consiga reunir em uma só força as mobilizações que ocorrem nos estados, empresas e setores. O Secretariado Nacional das Estatais marcou para o dia 21 de julho o dia Nacional de Protesto, isso quando já estava em preparação as greves dos petroleiros de Paulínia, Mataripe e Paraná bem como a de outras refinarias e dos funcionários do Banco do Brasil. Uma clara tentativa de esvaziar as greves em processo de preparação.

Um feitiço que virou contra o feiticeiro pois o dia 21 de julho transformou-se num dia de referência para o conjunto do movimento sindical e o tímido dia de protesto inicialmente proposto será o dia de greve geral no país.

Banco do Brasil

A deflagração da greve dos funcionários do Banco do Brasil estava marcada para terça-feira, dia 12. A assembleia chamada para o dia anterior, dia 11, resolveu recuar na data da deflagração, acatando proposta do comando de mobilização e da diretoria do sindicato de greve geral de 24 horas para o dia 21 de julho, em conjunto com o movimento sindical.

Uma decisão imposta pela realidade dos últimos fatos, diante da volta ao trabalho dos metalúrgicos de S. Bernardo e dos Petroleiros de Paulínia e Mataripe. Apesar da consciência do plenário de que os funcionários do BB não deviam sair em greve sozinhos, esta tensão estava presente no plenário desde o início da assembleia. Ficou evidente a frustração dos companheiros bancários.

Em estado de greve há mais de três semanas, esperando entrar em campo junto com outros sindicatos, tendo como referência a mobilização dos bancários do Rio de Janeiro e de Brasília, os bancários de S. Paulo viram refluir o movimento nesses estados sem conseguir acompanhar a greve de Paulínia e Mataripe. Os trabalhadores saíram da assembleia sabendo que o governo terá um pouco mais de tempo para se armar e que precisam manter sua organização de delegados por agência reunidos no comando de mobilização e preparar as baterias para o dia 21.

O que há por detrás do deficit das estatais

O chamado setor público compreende hoje perto de 1.900 organismos, empregando cerca de 1.250 mil pessoas. Desses, 353 são empresas estatais, congregando uns 400 mil funcionários. Seus gastos globais, em 1983, serão de 33,6 trilhões (para um PIB de 100 trilhões); os gastos salariais serão de apenas 3,167 trilhões.

Onde se localiza o chamado deficit do setor público, ou seja, a diferença entre o que arrecada (ou produz) e o que gasta? Em primeiro lugar, apenas algumas dezenas de entidades públicas geram rendas (vendendo serviços e produtos). A gigantesca maioria cumpre as chamadas "funções sociais" do estado, gerando serviços e produtos que, por meios indiretos, geram economias para as empresas: fazem pesquisas, planejamento, transporte, saúde, educação. Por esse meio, por exemplo, os capitalistas têm à sua disposição as estradas, e a mão de

obra tratada e treinada pelo sistema público de saúde e educação. Isso para falar no mínimo que o Estado entrega a preço de banana para a contabilidade das empresas...

Mas o deficit das estatais não tem muito a ver com isso, nem com as apregoadas "mordomias" de seus funcionários. Aliás, para o trabalhador que não é chefe das estatais, um grande privilégio de que se fala é... a relativa estabilidade no emprego. O deficit das estatais é em sua grande parte devido ao endividamento, aos custos financeiros, sobretudo os empréstimos obtidos no exterior, para garantir seus investimentos nem sempre muito racionais (alguém já ouviu falar na ponte Rio-Niterói, na Transamazônica, e na Ferrovia de Ouro, digo, do Aço?). Enquanto em 1972 o setor público era responsável por 25% dos

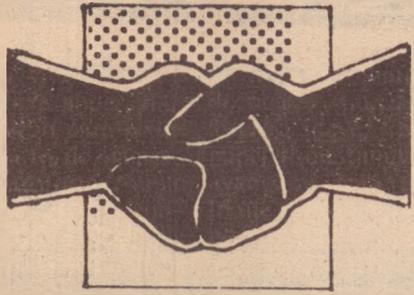
empréstimos em moeda estrangeira (setor privado - 75%), em 1975 eles já estão empatados e em 1980 a situação já é o inverso: 77% para o setor público e 23% para o privado. E o engraçado é que justamente depois de 1974 as taxas de juros internacionais começaram a subir sem parar...

Maniáticas

Além das "funções sociais" que o Estado desempenha para engordar lucros dos capitalistas, as próprias empresas estatais são uma verdadeira fonte onde mamam os empresários. Basta citar a Siderbrás, que compreende dez empresas do ramo siderúrgico (CSN, Cosipa, Usiminas, Piratini, Açominas, Tubarão, etc.) e emprega perto de 60 mil empregados, com um orçamento global de 2,5 trilhões para 1983, dos quais apenas 300 bi em salários. Pois bem, de janeiro a

maio de 1982, o Brasil exportou 15% a mais (em dinheiro) de siderúrgicos; mas, em peso, o crescimento foi de 86%. No ramo do alumínio para 6 vezes mais toneladas, 3,5 vezes mais dinheiro. E nenhum desses produtos baixou no mercado, pelo contrário. A maravilhosa Ferrovia do Aço, aquela tipo Gilete (Interminável), que vai de Belo Horizonte a Volta Redonda, custeada pelo Estado para vender esse aço barato, vai custar aos cofres públicos, a preços de hoje, perto de 3 bilhões de dólares, ou seja, 500 km pela bagatela de 16,6% da prestação anual da dívida externa (mais os juros...). É assim que o Estado, na verdade, engorda o capital. Hoje, se o empresariado critica o estatismo é para chupar ainda mais desse lado e fazer cair mais ferro para o lado dos assalariados. No que não existe aliás nada de novo.

(R.M.)



Todo apoio à greve geral

O processo desencadeado por Paulínia, S. Bernardo e Mataripe certamente passa à história do movimento operário brasileiro, do mesmo modo, embora em nível superior, como a greve da Scania em 12 de maio de 1978, que escancarou a abertura política fazendo nela irromper um personagem indesejado e não completamente previsto pelos magos da distensão: a classe operária.

Sem dúvida foi marcado por deficiências e equívocos, alguns deles inevitáveis no quadro de aprendizagem onde se insere: uma baixa articulação intersindical (inclusive do chamado polo combativo), grande dose de espontaneísmo e subestimação dos elementos conservadores que se oporiam à sua generalização, empenho debilitado dos partidos políticos, inclusive do PT, indefinição tática pelo seu caráter indeterminado (tanto no que diz respeito aos prazos quanto às reivindicações imediatas e mais a longo prazo: uma greve até o entendimento das reivindicações ou, de alerta, de "arranque", com duração determinada?)

A classe operária pode desculpar erros mas não omissões. O futuro, em tudo e por tudo, está com os peões do ABC.

No entanto, o "fato consumado" criticado por muitos dirigentes moderados e pelegos encostou na parede um mar de indecisos e de oponentes verbais do regime. Provou a possibilidade de uma greve política, mostrou um modelo de organização e politização viável em muitas outras categorias. Mostrou que o país não vive e não pode viver apenas à espera de um mal menor da sucessão (um Tancredo para evitar um Maluf: que triste alternativa...)

Alguns dirigentes já afirmaram antes que a classe operária pode desculpar erros, mas não as omissões. Por isso e por muito mais, o futuro, em tudo e por tudo, está com os peões do ABC.

A greve foi feita contra os patrões. Foi feita contra o FMI e seus office-boys de plantão no Palácio do Planalto. Mas foi feita também contra a estrutura sindical! A inegável força conservadora representada por dezenas de milhares de dirigentes sindicais, cúmplices do governo, funcionários de emprego vitalício no país da rotatividade e do arrocho, foi forçada a romper o gelo e deixar de fazer parceria com a cortina de inércia e medo gerada pelo capitalismo ultra-selvagem.

Agora, o quadro muda rapidamente de configuração. A greve geral marcada para o dia 21 de julho cria expectativas e exige preparação. Uma greve deste tipo pode significar uma gigantesca aprendizagem política de massas. Antes, durante e depois de sua realização.

Antes, se coloca a necessidade de organizar sua propaganda e organização para que ela se dê nas melhores condições possíveis. É hora de dinamizar as intersindicais, as comissões pró-CUT, aproximá-las da fonte de democratização e dinamismo que vem da luta. É fundamental a formação de comandos regionais e nos bairros operários dos grandes centros, e mesmo nas cidades menores. É vital a preparação de uma estrutura de informações (como se fará a comunicação permanente da greve diante de uma censura ou silêncio nos meios de comunicação de massa?).

A greve é também contra a estrutura sindical atrelada, pela criação de formas democráticas e unitárias para o movimento operário.

O dia da greve exige, por sua vez, uma série de providências que terão que ser tomadas: o que se fará nos serviços essenciais (luz, água e saúde etc)? Que política terá o comando da greve com relação aos transportes, cuja paralisação por um lado contribui para a generalização da greve mas por outro emperra o funcionamento dos piquetes de persuasão?

A greve é também um momento importante da propaganda do Congresso das Classes Trabalhadoras, da necessidade da formação de uma Central Única e sua ligação com a continuidade da luta dos trabalhadores.

A greve deve catalizar o apoio dos movimentos de bairro, dos estudantes, dos grupos e associações feministas, dos partidos comprometidos com a luta dos trabalhadores.

A espinha dorsal da greve está no movimento sindical. É nele que está assentada, sem dúvida, a responsabilidade pelos avanços mais importantes que o processo de greve geral pode trazer. Mas, pelo próprio caráter da greve uma

paralisação política contra a política econômica do governo — ela cobra, exige a participação de todos os setores do movimento popular.

A experiência dos movimentos grevistas já mostrou o quanto é importante e, às vezes decisivo, a mobilização das associações de bairro, dos clubes de mães e toda a infinidade de formas de organização que o povo trabalhador veio criando nestes anos. O movimento estudantil, que vive nos últimos anos uma crise política profunda, tem neste processo o dever de se lançar com todas as suas energias. Igual esforço pode e deve ser feito com as associações de mulheres, os grupos feministas.

A greve cobra igualmente a adesão das entidades democráticas e dos direitos humanos. O movimento sindical, por sua vez, deve se dirigir formalmente aos partidos políticos de oposição e, especialmente aos setores mais ligados a luta do movimento operário-popular, reivindicando o apoio decidido à greve.

Para tornar tudo isto realidade política, a greve do dia 21 deve criar formas de manifestação política centralizada que abranja todos os setores dispostos à luta contra a política econômica do governo.

A melhor política diante da repressão é ter confiança de que a greve é uma aspiração amplamente sentida por milhões e milhões dos trabalhadores.

A greve que se prepara para o dia 21 pretende se realizar debaixo de uma ditadura militar, ainda que ligeiramente reformada e vivendo uma crise profunda, e não sob um governo que tolera ou mesmo manipula greves em uso próprio como os governos populistas. É previsível, portanto, que o governo daqui até o dia 21 desencadeie uma onda de pressões sobre o movimento sindical e, particularmente sobre os seus setores mais moderados, e mesmo há a possibilidade de que sejam acionados esquemas mais amplos de repressão.

É, portanto, necessário ter a confiança absoluta de que a greve geral se impõe diante das medidas absurdas de arrocho tomadas pelo governo e de sua intenção de prosseguir neste caminho. É necessário ter a confiança de que medidas fortes contra este estado de coisas são uma aspiração amplamente sentida entre os trabalhadores.

O melhor caminho para fazer frente às eventuais ações repressivas da ditadura é,

portanto, uma preparação ampla e massiva da greve e a unidade do movimento operário.

É necessário desde já pensar em como e por onde continuar a luta.

Um outro cuidado que se impõe é a não confiança dos governos das oposições burguesas. Os sindicalistas de São Paulo foram ao governo Montoro solicitar garantias para seu movimento. O governador lhes prometeu que a polícia não interviria caso a manifestação fosse pacífica. Alguém porém duvida de que a polícia paulista tem seus próprios métodos e a sua própria dinâmica? Alguém confia com essa força na palavra de Montoro depois de tantas promessas que não pôde ou não quis cumprir? Alguém se esquece que ele afirmou que as greves diziam respeito ao governo federal e que, portanto, ele lavaria as mãos?

A greve do dia 21 é contra a política econômica do governo. Mas é também contra a repressão ao movimento operário, pela devolução dos sindicatos sob intervenção e pela volta dos demitidos durante as greves. E quanto mais ela se ligar às aspirações democráticas do povo brasileiro mais apoio e força ela terá.

Mas é fundamental que ela seja vista não como um teste definitivo de forças neste sentido, uma greve por tempo indeterminado — mas como parte de um processo de acumulação de forças cujo desdobramento deve ser desde já pensado e trabalhado.

O país já não será o mesmo. O governo se modificará, acomodando-se à nova situação? De que modo? Qual a política do movimento operário com relação a uma eventual mudança no ministério, com relação às eleições diretas e a Constituinte? Como se prosseguirá no amadurecimento político das massas trabalhadoras e no movimento pela construção da Central Única dos Trabalhadores, um passo cada vez mais inadiável?

Essas e outras perguntas são fundamentais. Devem ser discutidas pelo conjunto do movimento operário. Sobre tudo pelo chamado polo combativo. E mais ainda, pelo PT, que não pode, em hipótese alguma, encolher-se diante de uma participação ativa e criativa neste processo de greve geral.

A greve que forçou as alavancas da história

No dia 6 de julho, a refinaria de Paulínia, a maior unidade da Petrobrás, começava a parar. Marcados por uma redução de pessoal, aumento de produção e de acidentes nos dois últimos anos, o pessoal de Paulínia cansou de esperar promessas dos ministros. No mesmo dia, a direção sindical e as comissões de fábrica de São Bernardo faziam assembleias nas portas das automobilísticas da Via Anchieta e tiravam a resolução de parar no dia seguinte, no que foram acompanhados pela refinaria de S. José dos Campos (SP) e Mataripe (Bahia).

No dia 8 de julho, Mataripe amanheceu ocupada e sob o controle dos operários. Dentro da refinaria, operários de duas turmas (600) e 900 funcionários da administração paravam, seguindo aquilo que uma passeata, feita no interior da própria refinaria, no dia anterior, tinha decidido: uma "parada técnica" que estancaria a produção sem colocar riscos de segurança ou de danos aos equipamentos. As greves e "estados de greve" de outras refinarias (Betim, M. Gerais, Cubatão, São Paulo) não chegaram a ser delatadas.

O 7 de julho em S. Bernardo fora emocionante. Os operários das automobilísticas entraram nas fábricas. Pontualmente às 9 horas, parando o trabalho, mais de 40 mil pedões tomavam as ruas e iniciavam uma passeata que bloqueava a Via Anchieta e ia, uma a uma, paralisando as outras empresas, entre elas algumas do ramo dos Vidros, Químicos e Couro. Em Santo André, a diretoria nem tinha deflagrado a greve e várias fábricas já estavam paradas pela iniciativa dos próprios operários.

Nesse dia, pararam segundo os dados dos sindicatos, as seguintes empresas:

São Bernardo do Campo Metalúrgicos
Volkswagen 30.000

Mercedes Benz..... 11.800
Ford..... 11.200
Brastemp..... 1.600
(um terço de 4.800)
Scania..... 1.600
(dois terços de 2.500)
VW Caminhões..... 1.800
Equipamentos Villares..... 1.600
Polimatic..... 1.800
Borg..... 560
Forjaria São Bernardo..... 500
Rolls Royce..... 477
Karmann Ghia..... 460
Emco..... 400
Perkins..... 300
Huller..... 278
Fae..... 273
Basa..... 246
Rover..... 100
Total de empresas..... 18
Total de operários..... 60.874
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo - base 105 mil - sindicalizados - 48 mil.

Vidreiros
Wheaton..... 3 mil
Vidrotel..... 650
Fonte: Sindicato dos Vidreiros

Químicos
Fontoura e Anakol..... 3 mil
Perstorp..... 370
Isopor..... 220
Bombril..... 2 mil
Luconi..... 100
Brascola..... 160
Mais 20 pequenas empresas..... 1 mil
Total de empresas..... 26
Total de operários..... 6.630
Fonte: Sindicato dos Químicos base 40 mil.

Santo André Metalúrgicos
TRWM..... 2 mil
Colap..... 5 mil
Isan..... 2 mil
KS..... 700
Pirelli..... 3 mil
(incluindo os borracheiros)
Mais 6 pequenas fábricas..... 600
Total de empresas..... 11
Total de trabalhadores..... 13.300
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André - Base 40 mil sindicalizados, 12 mil.

São Caetano do Sul Metalúrgicos

General Motors..... 10 mil
Base 20 mil - sindicalizados, 8 mil.

No sábado, 10 de julho, já estavam em São Paulo vários dirigentes sindicais de todo o país. Reuniões se sucediam. As intervenções haviam fechado os sindicatos de Paulínia, S. Bernardo e Mataripe, mas os trabalhadores cavavam outros lugares para centralizar as ações. Os dirigentes corriam ao sindicato dos bancários e, depois ao dos metalúrgicos da capital para discutir e deliberar o que o conjunto do movimento sindical iria fazer dali por diante. A greve que muitos deles condenavam por "instabilizar a abertura" ou por colocar em risco seus empregos quase vitálicos estava empurrando-os a sair da toca.

Discursos, lamentos, mas no final uma resolução: já que era inevitável, marcar uma greve de 24 horas para o dia 21 de julho. Há poucas horas, outro encontro, o dos delegados do congresso dos metalúrgicos da capital, originalmente pensado para discutir a campanha salarial de novembro, também fora obrigado a mudar a pauta: greve geral.

A repressão e o relativo isolamento tinham sacrificado os três sindicatos. Mas haviam colocado na ordem do dia a possibilidade de uma ação efetiva, unitária e combativa da classe operária que, pela primeira vez, se manifestavam com mais força na cena política marcada pelos pacotes, escândalos e escaramuças da sucessão de sua majestade Figueiredo. Os "responsáveis" do governo, que apelidaram os petroleiros de irresponsáveis, tentavam agora "fazer de conta" que Paulínia funcionava, ligando as máquinas, correndo o risco de explosões. Inútil: a refinaria só voltou a funcionar quando os operários resolveram voltar ao trabalho, para preparar a volta da manivela, no próximo dia 21, ao lado das outras categorias.

A reação dos trabalhadores mudou inteiramente a preocupação do país. E abriu, com a força de enormes piquetes, o caminho para a greve geral.



A "repressão democrática"

O Ministro do Trabalho não vacilou. Ou melhor, articulou-se com o SNI, que propunha tratamento de choque desde o início. Antes mesmo do julgamento das greves, horas depois da deflagração, três sindicatos tinham suas diretorias afastadas. A Polícia Federal baixava nos hotéis de Campinas e o II Exército se punha de prontidão. As medidas de emergência, que incluem a suspensão de vários direitos garantidos constitucionalmente (reunião, censura, busca nas casas e outros) já estavam na mesa dos donos do poder.

A Rádio Bandeirantes teve seus transmissores lacrados por mais de 6 horas, por transmitir notícias da greve.

Imediatamente, Ivete Vargas, a Presidente do PTB, o partido do Joazeiro, exigiu repressão enérgica, "à la polonesa". O governador Tancredo Neves, o homem da virada, telefonou a Murilo Macedo para apoiar as medidas do governo. E foi mais além, mostrando os dentes: declarou que a PM de Minas tem 30 soldados para cada petroleiro que entrasse em greve...

Os petroleiros já sabiam. Afinal, nada menos que oito micro-ônibus, um caminhão, dois regimentos de cavalaria e várias peruas da ROTAM impediram a manifestação dos trabalhadores das estatais, no final de junho, arrancando faixas e megafones dos dirigentes sindicais e deixando abobalhados até alguns de seus apoiadores decididos. O lema de Tancredo na campanha eleitoral era a canção de Milton: "Nada será como antes". Agora passou a comemorar a "travessia" de seus 100 dias de governo cantando: "sonho feito de brisa vento vem terminar".

O governador paulista Franco Montoro, revivendo seus melhores momentos de abril, quando baixou o cacete nos desempregados, mais uma vez garantiu a ordem e juntou-se fraternalmente ao II Exército, alegando que esses não são os meios de mudar o modelo econômico, coisa "que todos queremos". Mostrando que cumpre a palavra, sua Polícia Militar dissolveu a caceteiros e gás lacrimogêneo a passeata dos grevistas de Santo André.

Este desafio é de todos os trabalhadores

Inchando a reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, o movimento de petroleiros e metalúrgicos puxou 130 entidades sindicais a se comprometerem com uma greve de 24 horas, para o dia 21, em todo o país. Sindicalistas das mais variadas correntes e origens firmaram um pacto do qual alguns podem sair, mas nenhum pode negar.

Paulo Paim,
secretário da pró-CUT do Rio Grande do Sul.

Foi graças à combatividade dos companheiros de São Bernardo que temos hoje a marcação da data da greve geral. O Rio Grande do Sul vem realizando assembleias gerais de até 15 mil trabalhadores e todo o nosso esforço é de nos engajarmos na greve geral do dia 21.



Luiz Antonio
Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Nosso sindicato empenhou-se na solidariedade aos movimentos grevistas, uma solidariedade combativa. Quando os metalúrgicos de S. Bernardo delataram a greve o sindicato organizou uma paralisação de solidariedade de uma hora de duração na Ford-Ipiranga. No sábado, reunimos 900 delegados de nosso Congresso para avaliar o movimento e traçar os próximos passos. Temos a segurança que a categoria para se houver uma ordem de comando da direção da entidade. Se as estatais parassem nós parariamos.

Ao sair em greve na frente S. Bernardo rompeu com as decisões do Congresso. A reunião estava marcada e deveria discutir o início e o fim da greve. A greve não deve ser por tempo indeterminado, mas sim por tempo determinado para que a categoria acumule forças. A greve antecipada de S. Bernardo furou a greve geral, rompeu a unidade.

Lula

Mais uma vez como em 1978, nós mostramos que mesmo com esse regime, era possível fazer greve. Mostramos que é possível uma greve política contra o governo. Onde estão aqueles que diziam que não dava pra fazer greve, para não prejudicar a abertura política. Bela abertura política essa de merda essa que reservam para os trabalhadores, obrigados a passar fome tanta ou mais que antes. A nossa luta não para aqui. Estamos dando apenas uma trégua, não ao governo, mas aos dirigentes sindicais para que juntos e organizados possamos parar o país no dia 21.



O boletim do sindicato dos químicos de São Paulo chamando à greve geral

Este quadro mostra bem as principais medidas da política econômica que tem atingido mais os trabalhadores nos últimos meses.

Dá para perceber bem quem sai ganhando com estas medidas e quem é o culpado. Mas neste quadro falta uma coisa: o que nós trabalhadores devemos fazer diante de cada medida dessa?

Medidas tomadas	Quem ganha	Quem perde	Culpado
Desemprego	Patrões	Trabalhadores	Governo
Aumento de preços	Quem tem fábricas e comércio	As famílias dos trabalhadores	Governo
Arrisco salarial dec. 2.824	Todos os Patrões	Todos os Trabalhadores	Governo
Aumento da prestação de casa	Quem tem muito dinheiro em poupança	Os trabalhadores	Governo
Pacotes das Estatais	O dono das Estatais que é o governo	Trabalhadores das Estatais	Governo
Expurgo do INPC	Todos os Patrões	Todos os Empregados	Governo
Intervenção nos sindicatos	Os Patrões dos setores em greve	Principais membros sindicais em greve	Governo

Jair Menegheli,
presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo

Cansamos de advertir governo e patrões sobre o rumo que as coisas seguiam. Cansamos de apresentar nossas reivindicações e de mostrar para toda a sociedade o crescimento assombroso da miséria a que vimos sendo submetidos. Discursos, conversas e negociações nada resolveram. Agora, entendemos que só partindo para a luta, de forma organizada e coletiva, somente através de uma greve geral, poderemos todos conseguir alguma coisa.



João Mendes
Sindipetro MG

A refinaria de Betim está sob intervenção policial, invadida pela polícia. O sindicato está impedido de entrar na refinaria e todas as pessoas são revistas ao entrar para que o material do sindicato não chegue aos trabalhadores.

Tivemos uma reunião com o governador Tancredo Neves e este nos ameaçou com a repressão. Sua expressão foi clara: "Existem mil trabalhadores na refinaria mas a PM de Minas tem um contingente de 30 mil soldados. São 30 PMs para cada trabalhador".

E ainda tem gente aqui que quer defender o Sr. Tancredo Neves. Este homem é um grande malabarista, está na política desde 1952, passando com distinção por todos os regimes. Se pretende defender um governo como democrático, quando as próprias famílias dos trabalhadores está sendo ameaçada, em casa, através de cartas ameaçadoras.

Paulo Skromov,
presidente do sindicato dos Couros de São Paulo

Com a greve dos 350 operários da fábrica Primícia em São Bernardo começou a solidariedade de nossa categoria com a luta pelo fim dessa política econômica anti-nacional e anti-popular que até com o nosso 13º salário quer acabar.



A greve do papel às ruas

Em 1978, no histórico 12 de maio, os trabalhadores da Scania mostraram que não era impossível fazer greve abaixo da ditadura. São Bernardo abriu um ciclo: a partir daí as greves por fábrica se estenderam. No final daquele ano, quando a primeira grande greve geral por categoria explodiu, já se falava na necessidade de uma greve geral intersindical: os metalúrgicos da capital pararam milhares de fábricas. Nos anos seguintes, foi mais uma vez São Bernardo que puxou a atenção de todo o país e catalizou o movimento operário de resistência à ditadura patronal.

No primeiro de maio de 1981, quando Lula desafiou o movimento sindical a encarar, de fato, uma paralisação geral do país, houve quem falasse em sonho. Mas a primeira Conclat meses depois, colocou nas suas resoluções a preparação da greve geral contra a política econômica do governo. A

partir daí, nenhum encontro intersindical deixou de fazer apelos nesse sentido. As referências se intensificavam, mas ficavam nas resoluções escritas.

A guerra na chocadeira

O congresso estadual dos metalúrgicos (SP), terminado em 24/6, resolveu parar assim que se decretasse o expurgo do INPC: uma greve contra os pacotes. A assembleia intersindical estadual (25/6) firmou posição de parar junto com os metalúrgicos. O encontro nacional dos sindicalistas do PT alertava para o fato de que a greve geral não iria, necessariamente, começar em todo o país ao mesmo tempo e que o pontapé inicial poderia vir de um estado e chamar os outros. Com a referência Rio Grande do Sul, que num crescente de manifestações já pensava em marcar datas, mal sabiam os delegados que a coisa iria

começar a estourar. Num outro ponto, distante de Porto Alegre: na refinaria de Paulínia, vizinha de São Paulo.

Quando a greve dos petroleiros se preparava, os metalúrgicos de S. Bernardo se reuniram em congresso. Ao final da primeira sessão, no dia 2 de julho, a moção do ABC se comprometeu a parar junto e, para falar diretamente dessa decisão, uma "comitiva" de quinhentos trabalhadores se dirigiu a Campinas, onde se encontrou com os Petroleiros. Mais uma vez, um novo ciclo se anunciava a partir de S. Bernardo. E não deu outra: a greve dos pedões do grande ABC e dos petroleiros conseguiu alguns milagres: por exemplo, fez reunir a Comissão Nacional Pró-CUT, num plenário ampliado, e mudou a tônica dos debates: agora não se tratava mais de acenar para uma greve, mas sim de marcar data e partir pro pau.

TRÊS POLÍTICAS PARA A GREVE GERAL

Como as várias correntes do movimento operário entendem a greve marcada para o dia 21.

PCB e pelegos: evitar a greve geral; não sendo possível, esvaziá-la e torná-la uma forma de apoio ao governo, ou de conseguir uma melhor acomodação.

A direita do movimento operário, o setor reformista-pelego apoia a greve claramente a contragosto. Uma recente resolução do "Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas", publicada no Voz da Unidade de 23 06, diz claramente: "Nas condições da crise econômica e social em que vivemos, a greve geral sem expressar, de baixo para cima, a vontade de milhões e milhões de trabalhadores não é a forma de luta mais adequada e deve ser posta de lado pelas lideranças sindicais". É o caso de perguntar: uma arma de luta que não serve para um momento de crise e de ataques extremos ao nível de vida dos trabalhadores, para quando servirá? Quanto à "vontade de milhões e milhões de trabalhadores", até uma pesquisa da Folha de São Paulo mostrou qual é (de acordo com a pesquisa 54,6% dos entrevistados eram favoráveis à greve a apenas 26,3% contra).

Esta posição dos setores pelego-reformistas contra a greve geral é perfeitamente coerente com a sua linha de "ampliação da democracia" negociando diretamente com a ditadura, fazendo um acordo com ela (o mesmo documento sindical do PCB defende uma "mudança democratizante" na Lei de Segurança Nacional). Aliás, o editorial da edição de 07 07 do "Voz da Unidade" conclui dizendo que "o mandato (de Figueiredo) deve ser preservado"... e desejando que, "superados os problemas cardiovasculares do Sr. João Figueiredo ele retome as funções que lhe competem". Pouco falta para que, como na Espanha de Juan Carlos, o partidão comece a gritar "Viva o Rei!" e diga que estão fora de moda a república, o socialismo e outras "aventuras esquerdistas".

Alguns sindicalistas do bloco pelego-reformista já haviam falado na greve geral antes do seu começo em Paulínia, para dar alguma satisfação às suas bases, e sem nenhuma intenção de levá-la à prática. Com Paulínia, Mataripe e São Bernardo, foram postos diante da parede e propuseram uma greve para o dia 15, e depois para o dia 21, (deixando ambíguo se seria uma greve ou um ato de protesto), com a intenção clara de esvaziar a greve que já se fazia. E agora estão diante de uma greve geral marcada. O que fazem, então, é tentar esvaziá-la na medida do possível. Arnaldo Gonçalves, um dos líderes do bloco, disse ao *Jornal da Tarde* que "o movi-

mento grevista que se está espalhando pelo país poderá dar respaldo ao governo para pedir moratória". Por artes de magia, Arnaldo quer transformar uma greve que é evidentemente contra o governo e o conjunto da sua política econômica, e que no primeiro round provocou uma pronta repressão do governo, em uma greve para dar respaldo a esse mesmo governo!

Já a corrente do *Tribuna Operária*, que ocupa uma posição intermediária no movimento sindical, está claramente a favor da greve geral ("greve geral contra a traição nacional", diz sua última manchete), e elogia os petroleiros manchete e os metalúrgicos de São Bernardo, embora tenha demorado muito a expressar sua solidariedade e defendido a greve para o dia 15, no lugar da extensão da greve que já se fazia.

Mas a política da "Tribuna" é

inteiramente contraditória, pois diz no seu editorial de 11 07 que a greve deve "representar um papel de inestimável valor para o avanço e para a unidade da frente única democrática em nosso país". Acontece que esta "frente única democrática" inclui em especial a burguesia "de oposição", o PMDB, e principalmente o governo Montoro:

Tribuna Operária: a greve geral para fazer avançar a "frente democrática" com os "governos de oposição"

"a grande força do governo Montoro é a sua eleição com cinco milhões de votos. Para levar adiante seus planos democráticos a sua grande arma é exatamente a consulta e a mobilização popular... os trabalhadores contam com o governo Montoro como parte integrante da frente oposicionista" (edito-

rial da *Tribuna Operária*, 23 05).

O que os tribuneiros querem é lutar contra a ditadura formando uma espécie de frente popular que inclua os governos da oposição burguesa, e vêem as mobilizações e greves como forma de empurrar esta frente para posições mais combativas. Mas é evidente que Montoro e os demais burgueses liberais não têm nenhuma intenção de se vestir por este figurino, e a cada mobilização mandam sua polícia (com seus já tristemente famosos "cassetetes democráticos") contra o povo, e mais se colam ao governo federal.

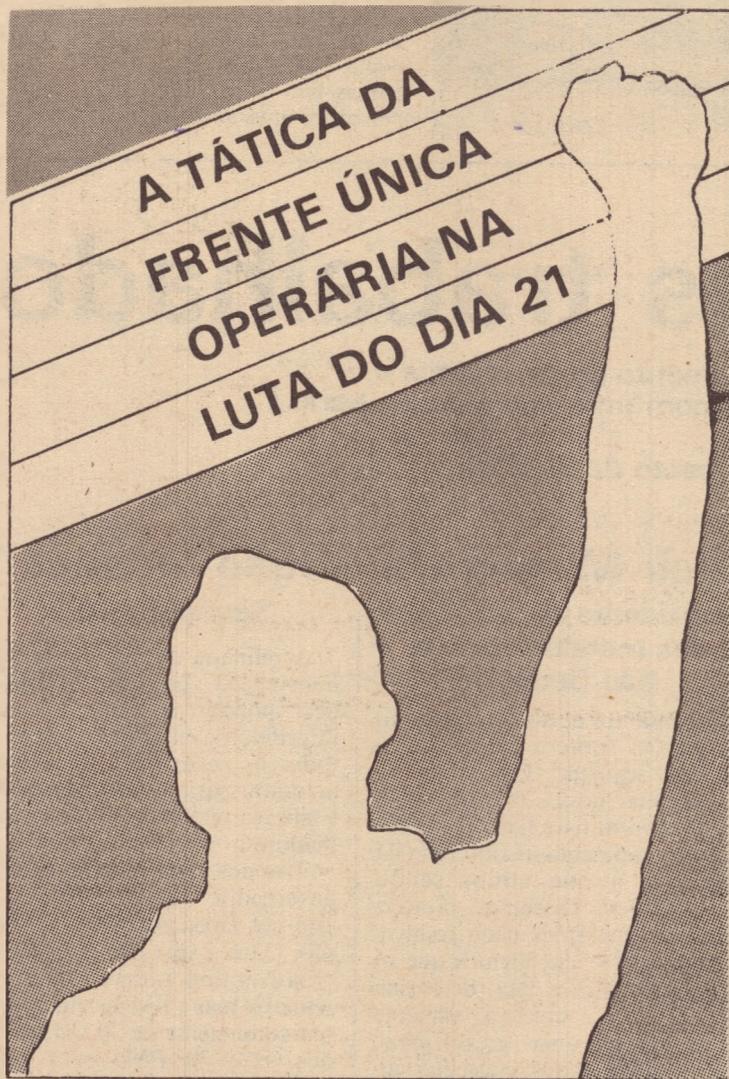
PT e setores combativos: greve geral para desenvolver a força dos trabalhadores, sua organização independente.

A política de usar a greve geral para o "avanço da frente demo-

crática" com Montoro e cia. não tem mais futuro do que a de usar esta mesma greve para dar respaldo ao governo.

Do outro lado do movimento sindical estão os setores combativos, que começaram as greves políticas, em geral identificados com o PT. Sabem que uma greve geral só pode ser uma demonstração e um acúmulo de força dos trabalhadores, que reforça a sua organização e a sua independência política, que opõe a posição dos trabalhadores às manobras do conjunto da burguesia. Sabem que os trabalhadores não vão à greve geral para respaldar o governo e forçar uma negociação mais favorável aos burocratas, nem para "empurrar" Montoro, Tancredo e Brizola. Se os trabalhadores vão à greve geral, é precisamente porque sabem que só podem contar com as suas forças, e que nada têm de esperar das várias frações da burguesia.

O desafio da greve é para todos



Ao aceitarem a proposta dos pelegos e reformistas de greve geral no dia 21 (que os pelegos foram empurrados a fazer), os sindicalistas combativos estão aplicando a tática da frente única, um dos instrumentos fundamentais na luta pela unificação dos trabalhadores.

A greve geral marcada para o dia 21 coloca com toda agudeza o problema complicado da relação dos setores combativos do movimento operário com os setores reformistas e pelegos.

Sabemos que os pelegos e reformistas não lutam de forma consequente pelos interesses dos trabalhadores; pelo contrário, são um obstáculo a esta luta, são traidores do movimento operário, procuram subordinar os trabalhadores à burguesia etc. Historicamente, stalinistas e reformistas de todos os tipos são **contra-revolucionários**.

Isto ficou bem claro agora, quando o bloco pelego-reformista propôs a greve no dia 21 para esvaziar a greve que já começara.

No entanto, os setores autênticos aceitaram esta data do dia 21, e esta foi uma política correta, apesar do desgaste de parar as greves em curso.

Para enfrentar a burguesia e sua ditadura, os trabalhadores precisam lutar unidos; divididos, ficam mais fracos, e são derrotados. É necessário lutar, de forma permanente, pela unificação do movimento operário e de todos os setores oprimidos.

Hoje no Brasil, como em geral em outros países, uma grande parte dos trabalhadores está dirigida por pelegos e reformistas, que controlam boa parte dos sindicatos, e têm influência como corrente política.

Por outro lado, as correntes traidoras do movimento operário, como o stalinismo e o reformismo em geral, não deixam por isso de serem correntes **organicamente ligadas aos trabalhadores**, que são obrigadas a defender alguns dos seus interesses, ou pelo menos a fazer parecer que defendem. Se ficasse claro a hostilidade dos reformistas aos trabalhadores, eles seriam logo varridos no movimento operário.

É desta constatação que parte a tática de frente única operária, uma das formas de buscar a unificação dos trabalhadores na luta por seus interesses. Esta tática consiste em propor ao conjunto dos trabalhadores, inclusive às direções reformistas, alguns objetivos de luta, de defesa dos interesses mais candentes dos trabalhadores, de

modo que estas direções tenham dificuldade em recusá-los, sejam pressionadas pelas suas bases para assumi-los.

A realização de algumas lutas importantes em comum abre uma dinâmica de avanço da classe operária, de seu fortalecimento. Além de permitir algumas vitórias, esse movimento torna mais fácil limpar o movimento operário dos reformistas: eles não podem se apoiar sobre o proletariado mobilizado na luta.

Para que esta tática de frente única tenha sucesso, várias condições são necessárias: a necessidade da luta deve ser evidente para o conjunto dos trabalhadores, esta luta deve ser reconhecida como possível de ser levada adiante, para que haja uma pressão da base sobre as direções reformistas. Além disso, é preciso não semear ilusões sobre a real natureza dos pelegos e reformistas: devemos dizer claramente que são burocratas traidores do movimento operário, que não vão mudar de natureza porque participam de alguma luta. Pelo contrário, participam das lutas para poderem continuar enganando e contendo os trabalhadores. Só lutam porque são empurrados; e na primeira oportunidade, tentarão dar uma rasteira. Um elemento essencial da tática de frente única é o de buscar desmascarar os reformistas (inclusive mostrando que, na maior parte das vezes, eles ficarão claramente contra as lutas, manobrarão para derrotá-las).

A situação atual é extremamente favorável para a aplicação de tática de frente única, na greve geral do dia 21. A necessidade desta luta é evidente; a possibilidade de uma greve política ficou clara depois de Paulínia, São Bernardo e Diadema, e Mataripe. Pressionados, os pelegos marcaram a greve geral. A greve é objetivamente possível (mesmo que não pare todo o país, poderá ter o caráter de greve geral). Realizada, será um gigantesco passo à frente dos trabalhadores brasileiros; fortalecidos os trabalhadores, os pelegos tenderão a cair, à medida que fiquem claras suas posições, suas manobras.



PT/Minas Gerais

Convenção define nova direção

Fazendo uso de credenciamentos fraudulentos, a articulação encabeçada pelos deputados Luis Dulci e João Batista dos Mares Guia tomou a direção do PT mineiro. Entre os itens aprovados, a oposição construtiva ao governo Tancredo.

Da sucursal

Joaquim José de Oliveira, o "seu" Joaquim, metalúrgico, de profissão cassada pelos patrões, e biscateiro por necessidade, ativista do movimento operário desde a década de 40, se dirige ao microfone. Minutos antes acabara de ser derrotado para a presidência do PT de Minas na Convenção que se encerrava. Sua voz ativa e emocionada ecoou pelo plenário: "... que a partir de agora nosso partido tenha programas capazes de acabar com certas coisas desagradáveis que se verificaram aqui hoje, como a corrupção e a indecência; que o trabalhador rural, como eu fui, possa analisar com consciência qual a proposta que vai lhe atender melhor...". Em seguida Ignácio Hernandez, outro metalúrgico de profissão cassada, passa ao deputado federal Luiz Dulci o cargo de presidente do partido que ele ocupara desde a fundação do PT no estado. É o triunfo, pelo menos oficial, de uma nova linha política para o partido em Minas.

As chapas

Nos últimos dias 9 e 10, o PT mineiro realizou aquela que foi sua maior convenção até hoje. O plenário da Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte, ficou acanhado para comportar 373 delegados, dos quais 70 da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o restante do interior. As galerias superlotadas testemunhavam que, apesar de sua derrota eleitoral, o entusiasmo pelo partido não esmoreceu. Três "Articulações" se colocavam para a disputa: a denominada à "PT-83 A Luta Continua", que se situava à esquerda do espectro partidário e era encabeçada por "seu" Joaquim; "Por um Partido de Massas, Democrático e Transformador" que se nutre ideologicamente da crítica à concepção política do marxismo e se sintoniza com um projeto social — democrata encabeçada por Luiz Dulci e articulada desde o gabinete do deputado estadual João Batista dos Mares Guia; e, "PT Contra o Regime Militar e a Conciliação", organizada pelos que foram apoiadores do antigo jornal "Companheiro", que vê o PT como uma "frente" e que em todas as questões decisivas se aliou à articulação anterior. Alguns dias antes, uma quarta articulação, encabeçada pela ex-candidata ao governo nas eleições de 15 de novembro, Sandra Starling, se dissolvera.

Credenciamento fraudulento

A convenção se instalou presidida por Francisco Weffort da Comissão Executiva Nacional que, após a leitura do telegrama enviado por Lula à todas as direções regionais do partido relatando a greve de São Paulo, recomendou o imediato envolvimento do PT na solidariedade ao movimento e na defesa da greve geral.

No início da convenção, uma preocupação dominava o espírito dos presentes: a questão do credenciamento. A articulação de Luiz Dulci propunha-se a ganhar a convenção de qualquer maneira, sem economizar meios e ainda que toda a ética partidária fosse feita em pedaços. Concentrando sua força em duas regiões marcadamente rurais do estado — as zonas do Jequitinhonha e Mucuri — contando, para isso, com o apoio da Igreja Católica local, puderam ali garimpar delegados para a Convenção sem que o partido pudesse verificar a lisura do feito. A não ser na cidade de Carai, um caso que talvez possa ser ilustrativo dos demais...

O critério para escolha dos delegados era de 2 até 10% dos filiados presentes nas reuniões municipais (e zonais) e mais 1 por grupo de 15. Aproveitando-se de uma assembléia convocada pelo sindicato de trabalhadores rurais de Carai, que contava com cerca de 150 pessoas, um dos membros da articulação de Luiz Dulci passou uma lista de presença da reunião e,

Lutar contra a descaracterização

A Convenção do PT mineiro deu a vitória a uma linha política de evidente descaracterização do PT. E trata-se de uma linha nacional. O PT nasceu (é bom insistir) para, como um partido de massas, envolver os trabalhadores na luta política para que eles, com autonomia e iniciativa, atinjam o poder e lancem as bases de uma sociedade socialista. Assim, a presença do partido na vida e nas lutas dos trabalhadores, organizando-os e educando-os politicamente, é vital para aquele objetivo e para a sobrevivência do projeto original do partido. O PT precisa portanto tomar a iniciativa de ir ao movimento porque acredita que, por mais combativo que seja, sua mera espontaneidade não fará avançar politicamente a luta da classe.

Este entendimento da luta política dos trabalhadores provoca arrepios de horror no grupo que agora empalmou a direção do PT em Minas. Daí sua oposição visceral à esquerda, a quem acusa de aparelhar o movimento para fins particulares (acusação que, como um bumerangue, voltou-se contra eles na convenção mineira). Para esta tendência, dirigida por ex-militantes de esquerda, o correto é assessorar o movimento, aceitar seu ritmo e seus defeitos.

Parlamentarismo

Ocorre que um tal "assessoramento" nunca é neutro e acaba por definir uma prática de atuação, uma linha política. Cultuando o movimento espontâneo, acaba-se por superestimar as dificuldades dele e subestimar a capacidade de luta dos trabalhadores. O trabalho de organização vital para libertação da classe — é amesquinçado, arrefecido. Daí um pulo

para o elitismo, para o afastamento da luta e da classe, para a capitulação ideológica às pressões da burguesia. E apesar de esperecarem quando se lhes apontam a maneira parlamentarista, o trabalho parlamentar passa de fato a ser o pólo irradiador da atividade partidária.

O combate a essa linha política será sem dúvida difícil. Ele não poderá se dar no vazio, em cima apenas de uma luta ideológica na sede do partido. Ele só pode ocorrer à partir de uma atuação concreta no movimento real dos trabalhadores. E este movimento em Minas mantém ainda um nível de organização muito baixo, ao contrário de São Paulo, Rio Grande do Sul e outros locais do país. Mas este trabalho na classe, paciente, sistemático e politizador, é o único caminho de, a um só tempo, fortalecer o movimento e o partido no estado. E de elevar o nível político do partido, impedindo que as práticas de fraude vigentes na convenção tomem corpo e sufoquem a vida partidária.



com base nela, "tirou" 12 delegados! Denunciado o fato em plenário com a informação de que a cidade tinha apenas 26 filiados, o autor da proeza se justificou dizendo que o PT tem de ser um partido aberto aos trabalhadores, que eles queriam fazer parte do partido e que não se podia impedir isso.

Agradecendo o apoio ao partido daqueles trabalhadores rurais, mas denunciando a evidente empulhação daquele credenciamento e também a torpeza com que foi aparelhado um movimento social — prática que a articulação de Luiz Dulci diz combater na esquerda — a articulação "A Luta Continua" propunha, com o apoio majoritário da Comissão de Credenciamento que só fossem aceitos dois delegados, anulando-se os demais credenciamentos. Levada à votação, a proposta foi derrotada por seis votos de diferença, em virtude do apoio dado ao "golpe de Carai" pelos delegados do ex-jornal *Companheiro*.

Entretanto, um erro maior fôra cometido pela mesa e, principalmente, pela articulação "A Luta Continua" ao se deixar votar algo sobre o qual o estatuto do partido é cristalino: só filiados podem votar e ser votados. Aproveitando-se deste erro e do desnorreamento do plenário, a articulação de Luiz Dulci jogou outra cartada, propondo que TODAS as pessoas não credenciadas por vários motivos (atas em branco, confirmação meramente verbal de pré-convenções municipais realizadas, suplentes que as atas não apontavam como delegados) obtivessem seu crachá. Com a abstenção de "A Luta Continua", um plenário já desmoralizado passou a votar seu

próprio inchamento. Francisco Weffort, do alto de sua responsabilidade de dirigente nacional, assistia a tudo impassível...

Moratória negociada

Com um plenário já favorável à Articulação "Por um Partido de Massas..." passou-se à discussão do Plano de Ação. Ainda que com uma discussão muito ligeira, aprovaram-se unanimemente resoluções à favor da greve geral, das eleições diretas para presidente da república e da não diluição ou fusão do PT com quaisquer outros partidos. Entretanto dois pontos polarizaram o debate: a atitude frente à dívida externa brasileira e a posição diante do governo Tancredo Neves. Defendendo o não pagamento da dívida e a reformulação da política econômica com base na estatização do sistema financeiro e dos monopólios, as articulações "A Luta Continua" e a o ex-jornal *Companheiro* conquistaram 172 votos. Defendendo, ao contrário, apenas uma moratória negociada, os deputados Luiz Dulci e João Mares Guia arrebanharam para sua articulação 182 votos.

Oposição construtiva

Em relação ao segundo ponto polêmico a articulação "A Luta Continua" propunha que o PT nunca poderia confiar num governo burguês como o Tancredo Neves, que deveria explicar sempre aos trabalhadores o caráter dele, e que nunca se poderia ter ilusões de seus propósitos. Explicava que as atitudes de conciliação com a ditadura promovidas pelo

governador mineiro e a repressão sistemática sobre o movimento popular desde o primeiro dia de sua posse não eram fatos gratuitos, mas inerentes a um governo burguês. Este ponto de vista foi didaticamente exposto ao plenário por Sandra Starling que, embora não fazendo parte da articulação, pediu para falar em seu nome.

Já a articulação dos deputados afirmava que não se podia fazer oposição "a priori", que isto era radicalismo etc. A articulação do ex-jornal *Companheiro* também era contrária a uma oposição sistemática ao governo do PMDB, "que não é a mesma coisa que o do PDS". E para calçar sua evidente bandeada para o campo do liberalismo dizia que a oposição ao governo Tancredo Neves deveria ser feita "sob o ângulo mais geral de combate ao regime militar".

Coube a Jorge Nahas, um dos membros da chapa de "A Luta Continua" mostrar a que levava a dubiedade em relação ao governo Tancredo Neves, citando dois exemplos da prática parlamentar do deputado Mares Guia. Alguns dias antes da Convenção, um arremedo de bomba fora colocada no gabinete de Mares Guia por grupo de extrema-direita com evidentes propósitos intimidatórios. Mares Guia entretanto declarava aos jornais confiar que Tancredo mandaria apurar o episódio; de outra feita numa assembléia de funcionários, Mares Guia fora vaiado ao defender que o governo não poderia dar o percentual de reajuste salarial pedido, em virtude de dificuldades orçamentárias do estado. E a lista da "oposição construtiva", do deputado poderia se alongar.

Mas as cartas já estavam dadas, e a proposta de "A Luta Continua" foi derrotada por 205 a 132 votos.

A nova direção

A última parte da Convenção foi a eleição do novo Diretório Estadual de 60 membros e dos 15 nomes que comporiam a Executiva. "A Luta Continua" apresentava uma chapa encabeçada, além de Joaquim de Oliveira, por Milton Freitas, marceneiro, ex-candidato a vice-governador; o médico Jorge Nahas; João Mendes, vice-presidente do sindicato dos petroleiros e seu fundador há vinte anos passados e que chegara poucos minutos antes de uma reunião nacional dos petroleiros no Rio para um balanço da greve; Berta Diniz, faxineira, líder de bairro e do Comitê de Luta Contra o Desemprego de Belo Horizonte; Helena Greco, vereadora do PT em Belo Horizonte e uma legenda nacional da luta pelos direitos humanos; e Joana D'arc, líder do movimento popular em Cataguases onde foi vereadora pelo antigo MDB.

Essa articulação recebeu 134 votos (ou 36% do total); a chapa "Por um Partido de Massas..." 202 votos (ou 55% do total) e a do ex-jornal *Companheiro* 32 votos (ou 9%), o que não lhe deu direito de compor o Diretório por não ter atingido o quórum mínimo dos 10%, rateando-se seus votos entre as duas outras chapas. Com isso, a Articulação "Por um Partido de Massas..." obteve 35 lugares no Diretório e "A Luta Continua" 24 vagas (a vaga restante, por lei, pertence ao deputado estadual, no caso, Mares Guia, elevando a 36 os votos da chapa vencedora).

A nova Executiva do PT mineiro passa a ser assim composta: presidente, Luiz Dulci; Vice, Sálvio Pena (atual assessor de Mares Guia) e Roberto Lélis (da Pastoral Operária); secretários, Patrus Ananias (das Comunidades de Base, advogado) e Nilmário Miranda (assessor de Mares Guia); tesoureira, Cristina (até aqui uma militante desconhecida no partido); vogais, José Antonio (ativista do movimento de Favelados de Contagem) e Mário de Castro ("Mário Bigode", da Pastoral Operária). Os membros suplentes são de "A Luta Continua" ("seu" Joaquim, João Mendes, Milton Freitas, Berta Diniz, Joana D'Arc e Jorge Nahas). O último nome é o do deputado estadual Mares Guia.

PT paulista Quatro propostas para a pré-convenção

Além do "Manifesto dos 113" surgem mais três outras articulações com propostas para a pré-convenção estadual a se realizar no dia 14 de agosto.

O debate preparatório da pré-convenção do PT paulista começa a esquentar. O "Manifesto dos 113", lançado semanas atrás, repercutiu bastante dentro do partido: alguns signatários retiraram seus nomes e lançaram críticas ao método e à política do Manifesto, entre eles o deputado estadual Geraldo Siqueira; a ala direita do partido, mesmo sem perspectiva de lançar chapa, joga um texto de crítica na imprensa, ironicamente com 112 assinaturas e por isso batizado de "Manifesto dos 112"; surgem três articulações pela esquerda, uma em torno do deputado federal José Genoíno Neto, outra a partir da sub-região de Osasco, de Diadema e de apoiadores do jornal **EM TEMPO**, e uma última a partir dos apoiadores do jornal **O Trabalho**.

Hoje, os próprios lançadores do "Manifesto dos 113" reconhecem autocriticamente as debilidades mais gritantes do texto, particularmente o espírito caça às bruxas e a falta de proposta política. E preparam já para esta semana a divulgação de 7 outros documentos com propostas de sua articulação, num total de mais de 40 páginas.

O eixo desta proposta no entanto é frustrante: nada mais nada menos do que a retomada das idéias "passo a passo" que ficaram tristemente famosas na proposta paulista de Plataforma Nacional para o partido lançada um ano atrás e derrotada posteriormente a nível nacional. Como diz um dos textos preliminares da articulação dos 113: o poder não apenas se toma, não apenas se conquista, mas sim se constrói nas lutas e formas de organização do movimento social. Ou então: o PT luta para a democratização das estruturas políticas econômicas e sociais da sociedade brasileira. Ou mais ainda: a reforma agrária que queremos é um conjunto de medidas realizáveis a curto e médio prazo dentro da correlação atual de forças da sociedade brasileira. Enfim, a luta pelo fim da ditadura militar sai de cena o PT passando a fazer sua política dentro da "transição" em torno de medidas específicas, realizáveis na correlação de forças atual, visando democratizar as estruturas da sociedade.

Não é por menos que a questão da Greve Geral, por exemplo, aparece timidamente nos textos dos 113, e ainda assim muito cercada de dúvidas, na verdade mais como uma obrigação de princípio do que uma convicção política e um eixo de ação.

O que só faz saltar aos olhos, contrastando com a realidade em curso de preparação da Greve Geral, o caráter mesmo da articulação dos 113: uma estranha composição entre, de um lado, a combatividade de luta do sindicalismo autêntico e, de outro, uma visão reformista da política, elaborada a partir de determinados intelectuais, parlamentares e setores de igreja. Um resultado sem dúvida bastante contraditório e, obviamente,

incapaz de servir de resposta aos problemas hoje enfrentados pelo partido.

A articulação dos apoiadores do jornal **O Trabalho** nasce curiosamente: depois de virem louvando exagerada e oportunisticamente os méritos do Manifesto, e se propondo inclusive a subscrevê-lo na íntegra, impedidos agora de entrar na articulação, barrados literalmente na porta de suas reuniões, passam hoje a proclamar que a articulação dos 113 se endireitou e lançam uma proposta própria.

A articulação em torno do deputado José Genoíno, lançada semanas atrás, se marca pela crítica à paralisia e ao economicismo do partido, enfatizando a necessidade da política assumir o posto de comando e do PT se lançar na luta de massas contra o regime e sua política econômica. Proclama a necessidade de o PT polarizar um oposicionismo popular, alternativo ao oposicionismo conservador da oposição burguesa, colocando a questão da luta pelas eleições diretas e ao apoio à preparação da Greve Geral. A nível político, no entanto, a proposta deixa de contemplar a questão da Constituinte e, a nível organizativo, dada a concepção de PT que sustentam, a proposta é bastante insuficiente ou até mesmo omisiva.

A articulação nascida da sub-região de Osasco e de Diadema, e integrada por apoiadores do jornal **EM TEMPO** (sobretudo a nível de diretórios distritais da capital) foi lançada na semana passada. Com o nome "PT-83: O partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura", esta proposta conta hoje com quase 100 delegados à pré-convenção estadual, abarcando mais de 30 diretórios do partido, com destaque para o Diretório de Diadema, majoritariamente na articulação, cerca de 7 vereadores, diversos sindicalistas combativos (bancários, vidreiros, coureiros, eletricitários, professores etc), lideranças do movimento dos desempregados da Zona Sul da capital e um membro da Executiva Nacional do partido, o ex-dirigente metalúrgico de Osasco, José Ibrahim.

Pela trajetória de seus integrantes dentro do partido, pelo seu método de formação e pelas propostas políticas e organizativas que traz para o PT, ela é a articulação que mais poderá vir a se desenvolver polarizando o debate com os 113. O vazio de propostas concretas dos 113 bem como suas contradições internas, aguçadas agora pela luta de massas posta na ordem do dia pela Greve Geral, abrem um campo para a afirmação de propostas mais à esquerda dentro do partido que se mostrará agora em todo o seu alcance nestes debates preparatórios que estão por vir até o dia 14 de agosto quando se realizará a pré-convenção.

Ao lado os principais trechos da proposta da articulação "PT-83".

PT-83: O partido na direção

Os trechos principais da proposta lançada pela articulação nascida a partir de Diadema e da sub-região de Osasco, e integrada por apoiadores do jornal **EM TEMPO**.

1. Porque o PT entrou em crise?

Cinco anos depois de seu nascimento, nos idos de 1979, o PT vive hoje uma situação difícil, e temos de reconhecê-lo, uma crise séria, uma crise de direção política que apareceu com toda profundidade depois das eleições. (...)

O PT nasceu em meio a uma das maiores mobilizações operárias e populares da história nacional, num ciclo de lutas grevistas sem precedentes contra os patrões e o governo. A idéia inicial era imprecisa, mas o partido surgiu neste contexto de necessidade de impulsionar, organizar e generalizar estas lutas e, principalmente, trazê-las para a esfera política propriamente dita, canalizando todo este potencial de luta contra os patrões e a ditadura, apontando no rumo de uma sociedade socialista.

No entanto estas necessidades e idéias não se consolidaram ao longo dos anos seguintes em políticas e práticas do partido. As tarefas de legalização e, posteriormente, as eleições de 82 deixaram de ser apenas metas imprescindíveis para praticamente alijarem-se como objetivos exclusivos. O partido não foi capaz de combiná-las devidamente com as lutas e mobilizações de massas noutros terrenos de ação.

Esta prática tem sua origem na política, na visão política que pouco a pouco veio se tornando majoritária no partido, particularmente a nível de suas direções mais importantes. Apesar de o PT ter nascido a partir de uma luta aberta, de enfrentamento (ainda que na luta econômica) entre o movimento operário e o estado ditatorial, apesar disso, a política que acabou se afirmando não tinha seu eixo na luta pela derrubada da ditadura militar, a partir da organização, mobilização, unificação e politização do movimento de massas a escala nacional. A linha que veio pouco a pouco se afirmando perdeu este eixo político central contra a ditadura militar, se diluindo no conjunto das reivindicações específicas dos movimentos populares.

É esta visão política que explica também uma outra característica que veio se afirmando no partido, já agora a nível de sua própria concepção. Se a questão são as reivindicações específicas dos movimentos populares, e não a luta, o enfrentamento contra a ditadura militar, logo a função do partido deve ser a de **expressar, representar**, no plano político institucional estas bandeiras, cuja luta propriamente dita fica a cargo das pressões exercidas sobre o estado e os patrões a partir dos próprios movimentos populares.

É esta política que está na raiz da crise atual do PT quando, diante de uma situação de grave crise nacional, o partido se apresenta com uma bancada parlamentar inexpressiva para fazer política institucional e ao mesmo tempo, desarmado política e organicamente para se lançar à direção da luta de massas, com uma proposta classista.

1.1. As várias respostas à crise do partido:

No meio desta crise vem um relativo debilitamento da hegemonia interna de sua direção histórica, o sindicalismo combativo do ABC e, por decorrência, o debate mais claro das várias propostas que se colocam para o partido. De um lado estão aqueles que enxergam o isolamento eleitoral como falência do projeto petista, e que apontam o caminho da aliança, incorporação ou fusão com as oposições burguesas. De outro lado, a ala combativa do partido propõe a construção do PT como partido operário de massas (abarcando o conjunto dos trabalhadores, mas baseado na classe operária) calcado em núcleos, voltado para a luta e mobilização contra a ditadura militar e os patrões.

A direção hegemônica do partido, a nível nacional, vem gradativamente dando sinais de respostas a estas situações e começa a apontar um novo rumo para o partido. Descola-se relativamente das posições mais atrasadas e passa a assumir algumas teses que antes negava: fala da importância da luta política, da necessidade de um partido dirigente, do poder de deliberação para os núcleos, do privilégio da ação nos movimentos de massas etc. Mas é verdade que o faz ainda de modo bastante tímido e vacilante, com várias contradições.

Particularmente em São Paulo a crise do PT assume características preocupantes. Pelo fato de tratar-se do estado berço do partido, esta situação tem implicações profundas para todo o PT. Na maioria dos estados a proposta de aproximação com a oposição burguesa é pouco atrativa, dada a base parlamentar insignificante do partido. Mas em São Paulo ela é uma proposta mais viável, com algum poder de negociação frente às oposições burguesas. Daí a desenvoltura do liquidacionismo em São Paulo nos últimos meses, desenvoltura que é possibilitada também pelo espaço que tradicionalmente a direção do partido no estado sempre abriu a estas posições (...)

2. O momento político: a crise do regime e a ofensiva patronal

"Hoje em dia os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do país e estão presentes no dia a dia de cada trabalhador. Nas cidades a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos posseiros são expulsos de suas terras por jagunços ou padres presos porque estão do lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do país como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores da cidade e do campo fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou para que tudo continue como antes".

Este primeiro parágrafo da Plataforma Nacional aprovada no ano passado pelo partido continua mais vivo do que nunca. De lá para cá o momento político do país aprofundou brutalmente estas características e colocou desafios mais urgentes para o partido.

O regime militar encontra-se num impasse diante da crise econômica e política do país. Busca atender as exigências do FMI frente à dívida externa, sofre as pressões dos diversos setores burgueses e se vê diante de um clima de explosividade no quadro social.

A oposição burguesa e os agentes da burguesia no movimento operário preparam um verdadeiro acordo nacional, visando à sustentação do regime e desviando as massas de uma intervenção independente, enquanto a ditadura desferia ataques violentos às condições de vida dos trabalhadores (...).

3. O ponto de partida é a Plataforma Nacional: Sem liberdade a vida não vai mudar pelo fim da ditadura militar.

Qual o caminho desta luta? O ponto de partida para a resposta a esta pergunta já está dado, é a Plataforma Nacional do PT. A Plataforma, aprovada democraticamente a nível nacional há um ano atrás, não foi apenas um documento eleitoral, hoje ultrapassado. É a elaboração política a mais democrática, atual e desenvolvida do coletivo partidário, expressando a política geral do partido para este período que estamos vivendo. Ela é portanto nosso ponto de partida para a definição de planos de ação imediatos.

Sob o trinômio Trabalho, Terra e Liberdade a Plataforma apresenta todo um conjunto de bandeiras de luta numa determinada ordem. Das lutas gerais às específicas, da ação de massas imediata à propaganda, estas lutas dispostas desta forma configuram concretamente a política do PT para o período atual.

O trinômio sintetiza os 12 pontos da Plataforma:

- 1) Sem liberdade a vida não vai mudar; pelo fim da ditadura militar.
- 2) Num país tão rico é possível acabar com a fome (tratando da luta contra o arrocho e o desemprego);
- 3) Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar (a questão da habitação);
- 4) Neste país há pouca saúde e muito lucro com a doença;
- 5) A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classe;
- 6) Somos todos iguais, chega de discriminação (a questão racial, das mulheres e das minorias);
- 7) No dinheiro do povo ninguém mete a mão (a questão dos monopólios e da dívida externa);
- 8) Com os contratos de risco os tubarões pouco arriscam e muito petiscam (a questão energética e ecológica);
- 9) O poder para os trabalhadores e o povo;
- 10) A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo;
- 11) Só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas.

Esta rememoração é importante, neste momento que muitos parecem querer esquecer. Os 12 pontos englobam o amplo conjunto das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores e do povo, em torno às quais vêm se dando suas lutas e mobilizações. Mas a Plataforma não é apenas um leque qualquer de reivindicações, uma listagem confusa de bandeiras de luta. Como diz o texto logo no seu primeiro ponto. "A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa defendendo os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos latifundiários e dos capitalistas. Não queremos apenas liberdades controladas a conta gotas. Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso temos consciência de que é preciso avançar na construção pela base de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a ditadura

da luta contra o arrocho e a ditadura

militar".

Ou seja, em primeiro lugar a Plataforma coloca o centro de nossa política: "Sem liberdade a vida não vai mudar; pelo fim da ditadura militar." O eixo da luta atual do PT é assim, antes de mais nada, o fim do regime militar, responsável e sustentável da situação de miséria e opressão do povo, sem o que a vida não vai mudar, isto é, as reivindicações específicas, não poderão ser conquistadas efetivamente. Sem este eixo a política se perderia nas reivindicações e lutas espontâneas, nas ilusões de sua conquista passo a passo isoladamente, a política do partido não teria norte, não definiria claramente inimigos e aliados, não acumularia forças, não caminharia enfim para o que é próprio e indispensável num partido político que é a conquista do poder.

Este poder no entanto, lembra a Plataforma no seu ponto 10 (depois de percorrer uma a uma as reivindicações setoriais) este poder não se resume à conquista das instituições políticas existentes com o retorno à democracia liberal burguesa. Dado por um lado as bases de sustentação social da ditadura e por outro o tipo de socialismo que almejamos, lembra a Plataforma "Lutamos para que os trabalhadores derrubem a ditadura militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros continuarem mandando na economia do país, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados nem exploradores."

Trabalho, Terra e Liberdade resumem desta forma a política do PT para o período. Uma política que nada tem a ver com o PT se definir como um partido parlamentarista (ainda que à esquerda) dentro da "transição democrática". Mas, pelo contrário, visa jogá-lo no papel de polarizador de uma força própria, operária e popular, alternativa de direção para o povo na luta contra a ditadura e os patrões (...)

4. Contra o arrocho e a ditadura, relançar a luta de massas.

Esta Plataforma é o ponto de partida hoje para a definição de planos de ação, de campanhas imediatas para o partido. Dois aspectos sobressaem no momento político atual e devem portanto ser os focos de nossa ação: a sucessão presidencial e a crise social. É sobre estes dois planos que o PT deve lançar respostas imediatas a partir da política geral definida em sua Plataforma.

O aspecto mais agudo do momento é a crise social. É a luta contra a ditadura somente conseguirá se massificar e mobilizar milhões de trabalhadores se estiver ao mesmo tempo claramente vinculada às reivindicações imediatamente mais sentidas e capazes de levar as amplas massas à ação: o problema do arrocho e do desemprego. A situação social chega hoje a níveis desesperadores, ameaçando desembocar em efetivas rebeliões sociais, ainda que localizadas e sem rumo político. E o governo promete novas investidas contra o povo na forma de mais pacotes que aprofundarão o desemprego, o arrocho e a entrega

do país às exigências do FMI.

Desde a 1ª CONCLAT está na ordem do dia a preparação de uma Greve Geral como única forma efetiva de contenção da investida ditatorial e patronal sobre os trabalhadores. Frente a situações recentes os trabalhadores argentinos, uruguaios e chilenos partiram para a luta e realizaram greves gerais que parcialmente conseguiram barrar os ataques de suas ditaduras. O PT no Brasil de hoje tem grandes responsabilidades neste terreno. Em meio aos impasses do movimento sindical e popular cabe ao partido não compactuar com a paralisação e a omissão mas sim romper o cerco e relançar a luta. Para isso ele tem que ousar ser direção do movimento, tomar iniciativas e forçar, via os organismos de massa onde está presente, a preparação já, concretamente falando, com planos e encaminhamentos precisos, da Greve Geral contra a política econômica da ditadura.

Pois como afirma recentemente a resolução do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT "diante do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, diante dos ataques sistemáticos do governo e dos patrões, diante das manifestações isoladas e fragmentadas dos trabalhadores e do povo oprimido (greves isoladas, saques, assembleias dos mutuários etc) é urgente a preparação da Greve Geral. É necessário transformar a revolta existente no seio da classe trabalhadora em luta organizada... É por isso que reafirmamos: é necessário um plano de ação para a preparação da Greve Geral, tendo presente que hoje o conjunto do movimento sindical deve se apoiar nas mobilizações que estão ocorrendo junto aos servidores e trabalhadores das

estatais. É necessário preparar a CONCLAT na perspectiva de dar uma resposta aos ataques do governo e dos patrões, ligando aquela atividade à própria atividade de organização da Greve Geral."

A questão portanto é de preparação da Greve Geral e não mais de sua simples propaganda. Os fatos vêm mostrando, e a própria resolução dos sindicalistas petistas o diz, que a Greve Geral dificilmente sairá de maneira sincronizada e total, pelas várias categorias e regiões.

Em recente entrevista Lula falava: "a greve é um anseio hoje de amplas camadas de trabalhadores; eles acreditam nela. Quem não acredita e não faz nada por ela são alguns dirigentes sindicais. Mas veja, se para o sistema financeiro, os transportes e mais algumas categorias de peso e fábricas grandes, de fato a greve é geral, ela termina se impondo e parando o resto junto." Ou seja, não se pode esperar que em meio aos impasses e divergências do movimento sindical, a nível das cúpulas, venha a diretiva concreta de preparação da Greve Geral.

É por aqui que o partido deve ir: lançar-se a esta tarefa de preparação da Greve Geral unificando nesta ação o conjunto de sua militância, ampliando e engrossando esta mobilização ao mesmo tempo com iniciativas no movimento popular, na luta dos desempregados, dos mutuários e demais setores populares, jogando assim toda a sua militância na ação política de organização e mobilização do movimento de massas.

Paralelamente, como afirma também a resolução dos sindicalistas petistas, a Greve Geral abre espaço e chama a necessidade de sua politização. Cabe aos petistas, ao

lado das questões da política econômica, levar para esta luta a necessidade de sua politização contra o regime militar e suas bases de sustentação social: "devemos explicar a importância da derrubada das leis arbitrárias como a LSN e a legislação sindical, do não pagamento da dívida externa, da ruptura do acordo com o FMI, da reforma agrária, da estatização do sistema financeiro."

É assim que a luta de massas contra o arrocho e o desemprego se casa e ao mesmo tempo reforça a luta política contra o regime militar.

Mas a crise não é apenas social; a crise é global, é o próprio governo, a sua natureza ditatorial e militar que está no centro da crise. Isto se revela hoje, claramente, na sucessão presidencial que é o centro de um processo contraditório que combina a tentativa de continuidade da ditadura militar com a tentativa de conciliação e o avanço da abertura para as elites dominantes. Diante desta sucessão via colégio eleitoral com cartas marcadas, que expressa de maneira concentrada, todo o caráter ditatorial do regime, o PT não pode ficar à reboque do oposicionismo liberal conservador, nem se omitir.

Pelo contrário, o partido tem que aproveitar este momento, de grande insatisfação generalizada contra o governo, onde as atenções se voltam de modo especial para a política. O regime se revela na sua natureza ditatorial e nas suas rupturas internas se engalfinhando na disputa, a oposição burguesa contemporiza e concilia. O partido precisa aproveitar este momento para deflagrar uma política própria, contraposta a este jogo antipopular, calcada numa ação e mobilização de massas que concretize sua luta pelo fim do regime militar.

O PT precisa intervir neste processo jogando nas ruas uma campanha de massas pelas eleições diretas para a presidência. Denunciar o jogo de cartas marcadas da ditadura no colégio eleitoral, bem como a conciliação das oposições burguesas com sua tese do consenso e do entendimento. Uma campanha de ruas que capte e busque expressar toda a insatisfação popular frente ao governo e sua política econômica, frente ao regime enfim, com base na denúncia da continuidade do estado de coisas vigentes que hoje se trama via sucessão.

No entanto para o PT não bastam as eleições diretas; elas são apenas o caminho por onde deflagrar uma ação política massiva. Devemos lutar para que os trabalhadores conquistem não a troca de Figueiredo por um Andreazza, Maluf, Aureliano ou até mesmo Tancredo. Mas sim eleições diretas precedidas do fim da Lei de Segurança Nacional e demais leis repressivas do regime, fim dos órgãos de repressão política, fim da legislação sindical corporativa e da legislação partidária restritiva. Queremos o fim do regime militar, queremos liberdade enfim. A campanha do PT é portanto uma luta política contra a ditadura militar, via a questão sucessória, via bandeira das eleições diretas, mas que deve abranger e aprofundar a luta democrática a todas as esferas da opressão política. É uma campanha para lançar o povo na ação política, no curso da qual irá se abrindo espaço para o próprio aprofundamento da luta democrática.

Salta aos olhos ao mesmo tempo que uma campanha por diretas já, se é de fato interligada a todas estas outras lutas contra a ditadura

militar, traz à tona inevitavelmente a questão da Constituinte. Pois se queremos a revogação de toda a legislação ditatorial e suas instituições (e não apenas o voto direto dentro da ditadura militar) isto significa nada mais nada menos que uma Constituinte. Por isso achamos que o PT deve urgentemente reabrir a nível nacional este debate.

5. Pela reconstrução das estruturas partidárias.

O partido que queremos — um partido de luta, enraizado nas massas exploradas e oprimidas, dirigente dos trabalhadores, um partido para a luta de classes deve estruturar-se para a ação direta, para a mobilização em todos os planos. Os núcleos, muito mais do que órgãos de reflexão, são a maneira pela qual o PT organiza seus militantes para atuarem de forma partidária na luta de classes. Eles estruturam-se nos bairros, nos locais de trabalho, nas categorias profissionais, nas escolas e em qualquer frente do movimento de massas onde se desenvolvam lutas, para nela intervir em defesa das propostas do partido (...).

Mas todo esforço de construção no plano organizativo do PT como um partido de intervenção na luta de classes deve ser acompanhado de um fortalecimento de sua democracia interna. Somente teremos condições de cobrar a centralização política dos militantes do partido (e é isto que pretendemos fazer), se as diferentes posições políticas presentes em seu interior puderem se expressar livremente, se o debate político que visa deliberar as linhas de atuação se processar de forma democrática (...)

Neste sentido, propomos:

1. Criação de secretarias para a formação política de militantes.
2. O Jornal dos Trabalhadores como um efetivo instrumento de luta na libertação da classe trabalhadora.
3. Criação das Secretarias de Movimento Sindical, Popular e Estudantil, com linhas e políticas próprias para organizar as correntes petistas nestes movimentos.
4. Organização da juventude trabalhadora e estudantil do PT.
5. Implementação de um contato mais sistemático com os movimentos e lutas dos trabalhadores do campo a fim de elaborar plataforma e secretaria de atuação do PT no campo.
6. Ativação das Sub-regiões e criação da Coordenação da Capital (entre as distritais) como forma de descentralizar a ação do partido no estado.
7. Pela democracia interna no PT:
 - a) Direito à formação de tendências, legalmente reconhecidas pela direção, com direito à distribuição de boletins internos, garantidos em estatuto.
 - b) Pagamento das cotizações dos parlamentares e filiados.
 - c) Garantir as decisões de baixo para cima:
 - núcleos deliberativos.
 - diretórios municipais e distritais funcionando com Conselho de Núcleos deliberativos.
 - diretório regional funcionando com Conselho de diretórios municipais e distritais deliberativos.
 - diretório nacional funcionando com Conselho de diretórios estaduais deliberativos.
 - d) Abrir o debate político nacionalmente, sobre os seguintes temas:
 - Assembleia Nacional Constituinte.
 - Criação de Conselhos Populares como nova instância de poder.

Dois militantes do PT de Diadema, Maria Therezinha Bastos Fini e Keiji Kanashiro, romperam com a Articulação dos 113 e passaram a apoiar a proposta, PT-83: "O Partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura".

Três foram os fatores fundamentais para esse rompimento, como os companheiros explicaram em uma carta. O primeiro, como nos falamos, é que "durante as discussões que participamos no dia 02 03 83, deu para ficar claro que esta articulação, ou pelo menos a maioria de seus componentes, não estava se dispondo a dar uma resposta, a uma questão que no nosso entender, é fundamental para que o Partido possa crescer e se afirmar junto aos movimentos sociais. Esta questão, é a definição política do Partido. Consideramos que o PT, enquanto um partido de trabalhadores, numa sociedade de classes, deveria se posicionar claramente como um Partido de Classes; que seu programa deveria conter propostas claras e anti-capitalistas, para que pudessemos crescer e alcançar nossos objetivos, através de nossa ação dirigente, na organização das massas trabalhadoras, no caminho do socialismo".

O segundo por "não concordar, que companheiros assinem uma proposta política e, na prática, não cumpram com aquilo que assumiram". Essa é "a postura do prefeito de Diadema e um dos seus diretores que participam da articulação".

O terceiro ponto, refere-se a própria articulação e a forma como está se encaminhando a "renovação" do Diretório Regional. "Os encaminhamentos mostram que não se trata de um processo de renovação e sim de manutenção da política e dos atuais quadros da direção do Partido em SP. Um outro aspecto são os critérios que prevaleceram nas duas convenções anteriores, e que ao que tudo indica está prevalecendo neste momento".

Em relação a Diadema, local da atuação política dos companheiros, eles nos dizem que "durante o período em que se dava o processo da articulação, ao mesmo tempo, agravava-se o impasse político entre a prefeitura e sua administração e o conjunto do Partido em Diadema, em função do não cumprimento da Plataforma Municipal, do Programa, das deliberações das Convenções Municipais, e até mesmo dos princípios do PT pela administração Gilson Menezes e sua diretoria. Neste processo, estiveram envolvidos direta ou indiretamente, uma grande parte do Diretório Regional, que coincidentemente, também estava participando da Articulação dos 113."

Bolívia

A revolução nas entranhas

Após a queda da ditadura militar em outubro passado, foi aberto um período promissor de radicalização do movimento operário boliviano. Aqui, um painel da riqueza das experiências vividas atualmente por um dos setores mais combativos e heróicos do proletariado latino-americano, experiências importantes de serem conhecidas pelos trabalhadores brasileiros neste momento em que se articula a greve geral.

Por Beth Grinberg e Juarez Guimarães

O brasileiro que sai do país e penetra na Bolívia tem a sensação de ter mergulhado nas entranhas da América Latina. Uma sucessão interminável de fisionomias indígenas, as roupas coloridas das "cholas" (mulheres com vestimentas típicas dos altiplanos, adotadas durante a colonização sob imposição, a exemplo das que usavam as mulheres da aristocracia espanhola), a criatividade artesanal, o cheiro forte das comidas preparadas ao longo das ruas e dos mercados populares são imagens que relembram a permanência de uma cultura ancestral. Apesar de sua ocidentalização parcial, a cultura quechua e aymara mantém-se viva e parece ser um elemento forte na explicação da capacidade de luta e resistência do povo boliviano.

Mas a esta sensação, se impõe, logo, uma outra impressão forte, a de que o povo boliviano está vivendo, e tem consciência disso, momentos políticos decisivos. Nos ônibus e nos trens, os jornais do dia passam de mão a mão, são consumidos com voracidade. Temas como a participação dos operários na gestão das empresas estatais, os preparativos de golpe da direita, os impasses do governo são discutidos aqui, ali e em todo lugar.

Em outubro de 1982, um governo civil encabeçado por Hernán Siles Suazo se instalou na Bolívia após um forte levantamento da classe operária, forçando o final da ditadura militar que governou o país desde julho de 1980. Siles Suazo, que lidera o bloco da União Democrática Popular havia ganho as eleições realizadas em 1980 mas não pode assumir por causa do golpe militar. A UDP é formada pelo partido de Suazo, o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), uma formação nacionalista burguesa; pelo Partido Comunista Boliviano; pelo Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR), filiado a II Internacional social-democrata e também uma formação burguesa nacionalista.

A contradição de classes está instalada na composição do governo de Siles Suazo. Ele próprio é o produto de uma correlação de forças na luta de classes ainda indefinida, provisória e instável. O X Congresso dos Trabalhadores Fabris da Bolívia se instalou com uma advertência ao governo, que ele define "se está com os trabalhadores ou com o setor empresarial". Esta exigência está nas ruas, está nas minas e por toda a parte da Bolívia. Experiências de controle operário mescladas com reivindicações exigindo que o governo golpeie os especuladores e o lucro capitalista ocorrem em um mesmo momento em que crescem as atividades ostensivas da direita para um novo golpe.

O governo e os golpistas

Da província Omasuyos do departamento de La Paz chegam notícias de que os camponeses da fazenda Jancko Amaya se declararam em estado de emergência para defender as terras estatizadas pela reforma agrária frente a uma ação armada dos ex-proprietários. Em Cochabamba, o sindicato único dos camponeses ameaça intervir nas instalações da Polícia Boliviana Regional se retornarem os agentes da Direção de Investigações Departamentais (DEI), comprometidos com assassinatos de lideranças populares em período passado. A reintegração de 94 ex-agentes havia sido determinada por determinações superiores do governo.

A relação do governo com os militares golpistas é uma questão chave na atual conjuntura boliviana. Após a queda da ditadura militar em outubro, 23 oficiais corruptos foram destituídos, entre eles Garcia Meza, líder do golpe militar de 1980, e os comandantes da Marinha e da Aeronáutica. A tradição golpista é, no entanto, muito mais profunda e disseminada nas Forças Armadas e nas classes dominantes bolivianas.

As iniciativas golpistas parecem se articular em torno da figura sinistra do general Hugo



Banzer e de sua Aliança Democrática Nacionalista, partido de direita boliviano. Banzer foi o principal ator do golpe de agosto de 1971 que deixou marcas profundas nas consciências dos trabalhadores bolivianos. A ditadura de Banzer provocou a morte de 600 pessoas, a prisão de dez mil, o desterro de dezoito mil. Dezoito mil famílias de um total de 26 mil dependentes da empresa estatal mineira viveram um cerco militar, reprodução literal de campos de concentração com trabalhos forçados.

Todas as instituições da democracia representativa e da democracia operária foram consideradas ilegais e fechadas. Além disso, dezesseis emissoras de rádio mineiras foram destruídas, condenadas ao silêncio ou sofreram intervenção militar a partir de 1973. É importante lembrar que as rádios sob controle dos trabalhadores cumprem um papel fundamental na formação da consciência política da massa, na Bolívia.

A queda da ditadura Banzer ocorreria em 1978 após uma greve de fome de protesto que durou 21 dias. Iniciada por quatro mulheres e seus doze filhos, a greve contou com a participação de cerca de 1500 pessoas.

Hoje, noticia-se que Hugo Banzer já conspira ativamente e que no departamento de Cochabamba partidários seus estão sendo fortemente armados. O nono aniversário da fundação da ADN, em abril passado, serviu de pretexto para o lançamento de um longo manifesto nos principais jornais do país clamando a "estreitar fileiras para apresentar uma frente unida na batalha contra o comunismo... a roupa de Ivan, o russo, não cabe em Juan, o boliviano". Por sua vez, o coronel da Aviação, Norberto Salomon, narcotraficante e pessoalmente envolvido no assassinato de Che Guevara, lançou um manifesto em abril último convocando os chefes das Forças Armadas a apoiar uma proposta de imediata derrubada do governo e a convocação de novas eleições gerais.

Enquanto o governo Siles Suazo contempora com as provocações, os trabalhadores exigem medidas fortes. Nas resoluções do X Congresso dos Trabalhadores da Bolívia, por exemplo, está a defesa da pena de morte "contra os autores, cúmplices e acobertadores dos assassinatos de lideranças populares" ocorridas nos últimos anos.

Na política econômica, o tendão de Aquiles

No entanto, é na política econômica que todas as contradições do governo Suazo parecem se concentrar. A Bolívia vive com especial agudeza a crise do capitalismo internacional. A sua dívida externa alcança a cifra de três bilhões de dólares e o país está sob negociação com o imperialismo (nos últimos dois anos, dez missões do FMI visitaram a Bolívia visan-

do determinar a sua política econômica).

Com efeito, as primeiras medidas econômicas anunciadas por Siles Suazo em novembro do ano passado, percorrem a trilha do receituário do FMI. Foi estabelecido um salário-mínimo completamente inadequado (de 8.490 pesos quando o estimado pelo sindicato dos mineiros é de 40.000 pesos); aumentaram-se as taxas dos serviços essenciais como o transporte público e a eletricidade; acertou-se uma trégua de cem dias com o movimento sindical.

A partir de março deste ano, a Bolívia conheceu uma explosão de greves e de movimentos de protesto. Os camponeses, através de seu sindicato único, promoveram o bloqueio das estradas de três estados do país exigindo "preços justos para os produtos agropecuários, a abertura de mercados camponeses diretos nas principais cidades e o cancelamento dos "controles arbitrários" do cultivo da coca, entre outras medidas. Ao mesmo tempo, reivindicavam devolução de sedes sindicais, autorização oficial para nomear autoridades provinciais e destituir funcionários da Justiça Camponesa que considerarem inadequados.

Frente a ameaça do governo de desdolarizar a dívida dos industriais mineiros que foram contraidas junto ao Banco Mineiro da Bolívia, a Federação Sindical dos Trabalhadores Bancários ameaçaram entrar em greve por tempo indeterminado. As reivindicações dos trabalhadores se fundem cada vez mais com programas de governo e as táticas se radicalizam. Para conseguir a aplicação de um abono salarial legalmente garantido, os trabalhadores bancários de La Paz mantiveram por duas horas o presidente do Banco Central como refém.

Realizado em abril passado, o congresso da C.O.B. critica a linha do governo Suazo: "denunciamos a política econômica do atual governo, expressa ultimamente nos últimos corretivos, que servindo aos interesses dos privilegiados e em prejuízo dos operários, não tem dado nenhum indício de atacar estruturalmente as contradições que estabelecem a dependência de nossa economia". Propõe, em troca, o adiamento do pagamento da dívida externa até que o país esteja em condições de cumprir suas obrigações, a estatização do sistema financeiro, o controle de preços, o estabelecimento de um salário-mínimo vital com escala móvel e mais um elenco de quatorze medidas.

A luta pelo controle operário

O centro político da reivindicação da C.O.B., porém, se volta para o controle operário. "Nenhuma medida que se tome para a solução do desastre econômico, de desorien-

tação política e da decomposição social, poderá ter efeitos positivos para o povo se este não participa majoritariamente na decisão e execução destas medidas", afirma uma resolução recentemente aprovada pela Federação Sindical dos Mineiros.

Desde outubro, Siles Suazo vinha propondo um esquema de co-gestão entre trabalhadores e governo nas empresas estatais, visando obter o aval dos trabalhadores para uma política de austeridade. A resposta da C.O.B. tem sido a de exigir a maioria operária na co-gestão, ao mesmo tempo em que levanta a bandeira do controle operário no setor privado e condiciona a participação no governo a ter 51% dos votos nas decisões políticas.

Como respaldo a sua posição, os trabalhadores tem acenado com a situação calamitosa da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), a principal empresa estatal do país: a empresa tem hoje uma dívida de 287 milhões de dólares, está inchada de técnicos sem funções e de 1970 a 1978 faleceu um trabalhador por dia, devido às enfermidades profissionais (silicose) e acidentes de trabalho. Por sua vez, os trabalhadores das empresas fabris postulam que "toda tentativa de boicote à produção ou dispensa de trabalhadores deve ser penalizada com a expropriação da empresa".

A classe operária e o poder

Refletindo o processo de radicalização dos trabalhadores, o congresso da C.O.B. aprovou a proposta de que quer participar das decisões políticas com 51% das decisões. A proposta, de viabilidade duvidosa pois significaria de fato uma mudança profunda no próprio cerne do governo, expressa o acúmulo de experiências passadas e os impasses do movimento operário boliviano.

Há uma consciência muito grande entre os dirigentes sindicais e entre alguns partidos de esquerda de que se instaurou um "vazio de poder" desde a ruptura da aliança entre o MNR e a C.O.B. em 1957. Cinco anos após a revolução de 1952, a classe trabalhadora boliviana via-se traída pelos seus representantes no Movimento Nacionalista Revolucionário. Planos e políticas eram instituídos em discordância com as posições da massa trabalhadora.

O mesmo Siles Suazo ditou um "Plano Triangular", decretando a estabilização monetária, plano preparado por um assessor norte-americano, Jackson Eder, em 1956. Fato semelhante ocorreu com o Plano de Reabilitação do Minério Nacionalizado, no qual participavam governos dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento com o qual não estavam de acordo os trabalhadores bolivianos. O plano significou a diminuição do número de trabalhadores mineiros, o congelamento de salários, o controle total do processo sindical e, em particular, das atividades dos dirigentes mineiros além da supressão do controle operário com direito a veto.

A exigência de participação no governo com maioria nas decisões reflete assim o aprendizado de evitar a experiência de 1952. Nas palavras de Lechim Oquendo, dirigente da C.O.B. "o que sucede agora é que queremos respaldar um processo de democratização e aprofundá-lo. Não é em apoio ao governo, senão ao processo que corre o risco de desnaturar-se por intentos golpistas já conhecidos".

Resta indagar se esta é uma estratégia que, de fato, pode converter-se em uma real destruição do atual estado e de toda a estrutura de poder burguês. Ou se ela reflete um impasse maior da direção política da classe trabalhadora boliviana, a sua dificuldade histórica em que se qualificar, estratégica e militarmente para uma tomada de poder, sem seus anteriores "aliados", os liberais burgueses.

Pela escala móvel de salários, rumo ao controle operário

Aqui, uma entrevista com Felipe Vásques, membro do Comitê Executivo da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Por-Combate), seção boliviana da IV Internacional.

— Qual é a base para a reivindicação que os mineiros apresentaram ao governo de um salário mínimo com reajustes automáticos de acordo com o custo de vida?

Felipe — Para voltar na história um pouco, nós podemos dizer que desde 1942 os mineiros vêm reivindicando um salário mínimo suficiente para viver dignamente. Por várias décadas, esta era a reivindicação que os operários colocavam em primeiro lugar. Mas ela foi simplesmente ignorada tanto pelos governos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) como Paz Estensoro e o regime militar que se seguiu.

Desde novembro de 1981, os mineiros de Huanuni tem se posicionado que a reivindicação de um salário mínimo adequado é inseparável da demanda por uma escala móvel de salários. Esta é a única resposta consistente para os trabalhadores enfrentarem a crise que atinge o país. Até agora, o sindicato dos mineiros é a única organização que fez um estudo sério da questão de um salário mínimo adequado e uma escala móvel de salários para compensar a inflação. Nós consideramos os padrões de consumo entre o povo trabalhador, as necessidades nutricionais que estão ligadas às nossas condições geográficas, o tamanho das famílias, preços e assim por diante.

Depois deste estudo, nós chegamos à conclusão de que em maio-junho de 1982, o salário mínimo adequado para uma família de seis membros deveria ser de 11.330 pesos por mês. Nosso estudo foi, então, inédito na Bolívia.

— Qual é a posição da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia frente à proposta de auto-gestão nas empresas estatais que o governo da UDP está propondo?

Felipe — Desde 1970, nós temos discutido a questão da participação dos trabalhadores na direção das empresas públicas. Esta era vista como uma maneira de desafiar o controle burocrático do governo sobre estas empresas. Ao mesmo tempo, era necessário contra-atacar setores da burguesia que queriam, e ainda



querem, desnacionalizar setores chaves da economia. Era necessário também tornar claro que o fato das empresas estatais estarem em situação difícil decorre da gestão burocrática imposta pela burguesia. Quando nós falávamos de co-gestão em 1970, em realidade nós estávamos lutando pela maioria operária na administração. Como ocorre agora, nós não queremos ver a nossa participação reduzida a uma mera administração técnica. Nós queremos que os trabalhadores tenham uma influência direta sobre o uso dos recursos, sobre os planos de alocação dos produtos, de sua venda etc.

— Quais são as diferentes posições sobre esta questão no sindicato?

Felipe — Há vários pontos de vista. Alguns defendem a posição governamental que é a de paridade entre o governo e os representantes dos trabalhadores nas direções das empresas. O envolvimento dos trabalhadores nesta proposta não passaria de um papel simplesmente administrativo. Os representantes dos trabalhadores não teriam o menor poder nos assuntos financeiros. Em outras palavras, o governo quer envolver os trabalhadores para

legitimar a exploração capitalista.

Há também a posição que está sendo defendida pelas organizações revolucionárias. Ela apela por uma maioria dos trabalhadores na co-gestão e o direito dos trabalhadores se pronunciarem em matérias financeiras das empresas. Em outras palavras, nós estamos reclamando uma mudança na orientação da direção destas empresas rumo a auto-gestão dos trabalhadores. Finalmente, há uma posição defendida por posições ultra-esquerdistas. Estas declaram a sua total oposição à co-gestão. Elas apelam para o controle operário, mas não definem bem o que isso significa.

— Qual a avaliação dos mineiros sobre o governo da UDP?

Felipe — Nós mineiros fomos a vanguarda da luta do povo boliviano pelos direitos democráticos. A nossa idéia é de que o resultado dessa luta seria a ampliação das nossas condições de organização e melhores meios para prosseguir nossa luta.

Os trabalhadores esperavam que, de acordo com o seu programa, a UDP seguisse uma política anti-imperialista. Mas uma equipe tecnocrática assumiu o papel dominante no

governo e impôs uma série de medidas que entraram em séria contradição com as aspirações dos trabalhadores.

O governo não tem defendido os interesses dos trabalhadores em primeiro lugar. Nós, de outro lado, temos tomado distância do governo. É um reflexo de descontentamento operário com a política do UDP o fato de que nas eleições realizadas recentemente têm crescido as posições da esquerda não governamental. Assim, apesar da oposição do Partido Comunista Boliviano, os mineiros têm reafirmado a sua independência de classe em vários congressos.

— Qual foi a reação dos trabalhadores ante a saída do Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR) do governo em janeiro último?

Felipe — Nem todos analisam o fato da mesma maneira. Apesar disso, os trabalhadores concordam em um ponto: a crise reflete as contradições em que está metido o governo por causa de sua composição. Nós trabalhadores estamos muito preocupados com a situação. Foram os setores conservadores quem mais se fortaleceram com a quebra da coalizão governamental.

Os trabalhadores não confundem democracia burguesa com democracia operária. Mas eles defendem o processo democrático e reclamam o seu aprofundamento. Isto não pode nos fazer esquecer da necessidade de nos prepararmos para enfrentar uma tentativa de restabelecer a ditadura, processo que está claramente em curso.

— Na sua opinião, quais são as perspectivas imediatas para o movimento operário boliviano?

Felipe — Eu penso que momentos decisivos estão se aproximando. Neste contexto, vai haver um aumento nas mobilizações dos trabalhadores e vai haver igualmente uma tendência à radicalização do movimento operário. Na Bolívia, tem havido várias tentativas de impor soluções burguesas, seja civis ou militares. Todos estes esquemas falharam. A única alternativa possível para os trabalhadores é o socialismo.

De armas na mão

Na longa história de lutas dos trabalhadores bolivianos, são muitos os momentos em que eles recorreram às armas para defender os seus direitos.

A história das lutas dos trabalhadores bolivianos é também a história de sua principal organização, a Central Obreira Boliviana. Com 31 anos de existência, a C.O.B. é a única entidade representativa do conjunto dos trabalhadores e reúne qualidades e uma prática política que a fez cumprir um papel de partido, o que lhe confere uma importância chave na construção de uma alternativa de poder na Bolívia.

A C.O.B. tem como seu elemento definidor a democracia interna. A representação sindical é proporcional à importância das categorias profissionais de forma a se garantir a expressão majoritária dos setores operários a nível da produção-mineiros e camponeses. Por sua vez, estes dois setores asseguram a liderança pela sua extrema combatividade.

Para referir apenas a um dos exemplos históricos da força mineira e camponesa, basta mencionar a resistência ao golpe do general Luis Garcia Meza entre 17 de julho e 6 de agosto de 1980. Na mina Siglo XX, uma das mais importantes da Bolívia, estabeleceram-se comandos de resistência popular, formaram-se comissões de bloqueio das estradas, piquetes de vigilância. Em algumas horas, todas as vias de acesso ao centro mineiro estavam bloqueadas. Milhares de trabalhadores mineiros e camponeses, assim como estudantes e professores, ocuparam as montanhas que rodeiam os acampamentos mineiros.

Dispondo de poucos cartuchos de dinamite, explosivos feitos com latas de conserva e

alguns fuzis, a massa trabalhadora acatava as orientações da C.O.B. e do Comitê Nacional de Defesa da Democracia de lutar até o fim. Neste enfrentamento, como em todos os outros, as mulheres bolivianas, donas de casa e mineiras, desempenharam um papel extremamente ativo, organizando-se em comitês próprios, se auto-determinando tarefas específicas além de lutarem nas trincheiras.

No interior da C.O.B., os mineiros possuem uma organização sindical muito bem estruturada, cuja unidade se dá no interior da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia.

Semente da terra

Por sua vez, os camponeses, cerca de 70% da população boliviana, atingiram um estágio superior na consolidação de sua unidade, quando criaram a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia, em um congresso convocado pela C.O.B. em 1979. A consciência histórica do campesinato boliviano expressa-se com todas as letras no estatuto de fundação de seu sindicato: "Os camponeses aymoras, quechuas, cambas e chapacos, chiquitas, moxos, tupiguanis e outros, somos os legítimos donos da terra. Somos a semente de onde nasceu a Bolívia e somos os desterrados de nossa própria terra. Queremos reconquistar nossa liberdade cortada em 1492, revalorizar nossa cultura e com personalidade própria ser sujeitos e não objetos de nossa história até a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores".

IV Aniversário da Revolução na Nicarágua

Com o apoio do Comitê José Martí, do Comitê Brasileiro de Solidariedade à América Central e do Caribe, da Comissão de Justiça e Paz, entidades de luta pelos direitos humanos e sindicais será promovido em São Paulo no próximo dia 18 um ato de apoio à luta do povo nicaraguense. O ato, a ser realizado às 20:00 horas no sindicato dos Jornalistas, rua Rego Freitas 530, consistirá na apresentação de audiovisuais, exposições e debates com pessoas recém chegadas da Nicarágua. Na sua abertura será lido um manifesto de repúdio à intervenção norte-americana, assinado pelas várias entidades que promovem o ato.

Na próxima edição, EM TEMPO publicará um extenso dossiê sobre as conquistas da revolução em seu quarto



ano, o relato das principais iniciativas da invasão e depoimentos inéditos dos dirigentes nicaraguenses.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone 852-8880 - CGC 46.093.549/0001-10

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar, sala 1203, Fone: 226-4616; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414; Vitória: Caixa Postal 1427.

O Conclat deve fundar a CUT

Aqui, a opinião de João Machado, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Novo Hamburgo e um dos dirigentes da comissão Intersindical dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.



A última reunião da Pró-CUT em Brasília estava sendo encarada como decisiva pela Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores para determinar a saída ou não do Conclat na data prevista. Como foi a reunião? O Conclat está garantido?

João Machado — O que ficou claro pra mim e acho que para todos os 38 membros da pró-CUT que foram a Brasília é que ninguém lá se posicionou contra a realização do Conclat em agosto. Só faltava fixar o local que a princípio seria São Paulo e lá foi apresentado um plano de infra-estrutura para a realização do Congresso. No entendimento da maioria, muitas coisas não estavam fechadas ainda mas se viu que há plenas condições.

— Mas o José Francisco, da CONTAG, não apresentou uma proposta que deixa as coisas meio pendentes?

João Machado — Sim. Eu já chegar nisso. A proposta que o José Francisco fez foi de que se o governo Montoro retirar o apoio ao Conclat, porque é junto à prefeitura de São Paulo e ao governo que está sendo conseguida grande parte da infra-estrutura — ou se a secretaria da pró-CUT fizer uma avaliação de que as condições para a realização do congresso não estão boas, ela teria autonomia para transferir o Conclat para o Rio de Janeiro. Nós fomos contra esses condicionamentos. No nosso entendimen-

to, o movimento sindical brasileiro não tem de pedir licença a ninguém para fazer o Conclat. Podemos e devemos fazer o Conclat por nossas próprias forças. Mas a proposta do José Francisco acabou ganhando por 20 a 18 votos.

— Essa posição não se articula com a proposta da CNTI de fazer um congresso em outubro? Porque, ao que se comenta, a idéia seria dar uma representatividade nacional a uma articulação das federações e confederações, uma CUT pelego-reformista que, junto com a CONTAG, seria uma "CUT da cidade e do campo". Mas para isso seria essencial golpear o Conclat, esvaziar o Congresso, transferir a última hora...

João Machado — É possível. Eu entendo que nós não podemos abrir mão do Conclat nos termos em que está sendo organizado e com o regimento que tem. A pró-CUT sempre foi aberta a participação das federações e confederações. E continua aberta. Se elas não participam é porque não abrem mão da estrutura sindical contra a qual nós estamos lutando. Abrir mão da realização do Conclat e assumir um congresso nos moldes que a CNTI está propondo seria romper com um princípio muito caro ao movimento sindical de defesa de sua autonomia e independência estaríamos fortalecendo a CLT e não as formas de organização criadas pelos trabalhadores nos últimos anos.

Uma Central Única tem de ser de base porque esta é a única forma de não operar no vazio. E a garantia da representação dos trabalhadores de cada região, por fora da estrutura sindical oficial, e por dentro da estrutura atual do movimento, que combina estruturas legais com as criadas na luta no sentido de um sindicalismo livre, é fundamental, tanto para garantir o controle da base sobre as direções estaduais e nacionais quanto para garantir a unidade do movimento e o avanço contra a estrutura sindical atrelada.

O Conclat deve fundar a Central Única, eleger uma diretoria provisória que seria já um comando central das lutas dos trabalhadores.

Esta greve também é das trabalhadoras

A luta contra a política econômica do governo e contra a exploração é de toda a classe operária. E isso inclui, além das trabalhadoras assalariadas, um amplo trabalho de organização das donas-de-casa nos bairros.

Por Tatau Godinho



As mulheres constituem atualmente, quase um terço da mão-de-obra ativa do país, sofrendo, enquanto tal, todas as consequências de uma política econômica centrada na exploração da classe trabalhadora. E mais do que isso, são um setor onde a exploração se manifesta de maneira diferenciada. Seus salários são ainda mais baixos do que os dos homens, são discriminadas para ocupações com melhores remunerações, passam por um controle de sua vida pessoal através dos testes de gravidez periódicos e das dispensas por causa de casamento e enfrentam a violência cotidiana dos patrões e chefes que se acham no direito de desrespeitá-las porque são mulheres.

O sindicato dos químicos, por exemplo, que conta com 25 mil mulheres na sua base, vem denunciando em seus boletins, vários casos de mulheres que engravidam ou se casam e perdem o emprego. E são inúmeros os casos como esses, em todas as categorias, que nunca chegam aos sindicatos, em razão do baixo número de mulheres sindicalizadas.

Mas não é apenas enquanto assalariadas que as mulheres tomam parte na luta geral dos trabalhadores. Trabalhando fora ou não, as mulheres da classe trabalhadora se vêem diariamente com a tarefa de planejar e organizar o orçamento doméstico cada vez mais minguado pelo arrocho salarial, pelo aumento dos aluguéis e das prestações do BNH e engolido rapidamente pela inflação.

Não é por acaso que a convocação para a luta contra o política econômica do governo e pela greve, distribuída na semana passada em São Bernardo, convoca também as donas-de-casa. Mesmo fora do mercado de trabalho, as mulheres já demonstraram que a luta da classe trabalhadora é a sua luta.

Nas greves dos metalúrgicos do ABC de 1980 não foram apenas as operárias que participaram. As mulheres de metalúrgicos deram um apoio decisivo na organização do fundo de greve, criando um Movimento de Mulheres de Apoio aos Grevistas e, organizando a "Caminhada das Mulheres pela Reabertura das Negociações", quando a maioria dos dirigentes sindicais estava presa.

Barreiras à participação

No entanto, a participação política das mulheres encontra várias barreiras: na fábrica, em casa, no sindicato. Alguns depoimentos como o de Carmen, metalúrgica durante a greve de 1980, não podem ser esquecidos: "quanto à participação das mulheres, eu ainda acho que é pequena. Porque, veja bem, em uma assembléia, em época de campanha, a

gente convida as colegas; mas tem uma infinidade de gente que manda na mulher — é o irmão, é o marido, é a mãe, pai, avô, namorado e filho. Mas é muito importante que ela participe, porque ela é mais explorada dentro da fábrica". Ou como Maria Auxiliadora: "Veja, é importante a mulher ser mãe e esposa, mas é importante estar do lado daqueles que lutam. E como o machismo ainda prevalece, eu venho contra a vontade do meu marido, porque eu sinto que é importante estar aqui".

Machismo e exploração

Uma posição secundária e submissa das mulheres na sociedade interessa ao governo e aos patrões. Dessa forma é mais fácil mantê-las longe dos sindicatos, com medo das greves e da repressão e sem condições de reagir à exploração maior a que estão submetidas. O machismo caminha lado a lado com a exploração. Quando os maridos, pais, irmãos e namorados acham "natural" que as mulheres, além de trabalhar fora, ainda façam todo o serviço de casa, quando deixam a mulher em casa cuidando dos filhos para ir a uma reunião e vêm seu trabalho apenas como um complemento do trabalho do homem, estão colaborando e reforçando a idéia de que as mulheres podem aceitar salários mais baixos exercendo as mesmas tarefas que eles.

Por outro lado, mesmo os sindicatos combativos, ainda não levaram a sério o trabalho e a responsabilidade de desenvolver a conscientização e a participação política das trabalhadoras. Não percebem que o capitalismo exerce uma forma de exploração diferenciada sobre as mulheres. A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho coloca na ordem do dia essa necessidade. Diluir as reivindicações das mulheres dizendo que não existem reivindicações específicas é fazer o jogo do patrão. É não querer enxergar que o capitalismo se utiliza de metade da classe trabalhadora, que são as mulheres, para aumentar a exploração sobre toda a classe. É não querer abrir mão dos privilégios pessoais conseguidos à custa da submissão das mulheres. E é deixar que as mulheres enfrentem a luta pela sua libertação, sozinhas, sem contar com a solidariedade de classe.

Tem sido grande a participação das mulheres nas últimas mobilizações. Sejam coureiras, bancárias ou metalúrgicas, em todos os setores as trabalhadoras têm demonstrado que a luta pelo fim do regime de exploração e opressão é também a sua luta. E isso é uma vitória de toda a classe trabalhadora.

III ENCLAT/R. G. SUL Rumo à greve geral

Por Paulo Cezar da Rosa.

Nos dias 15, 16 e 17 se realiza em Porto Alegre, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, o III Encontro das Classes Trabalhadoras do Rio Grande do Sul.

Em todos os mini-Enclats já feitos as discussões têm avançado no sentido de garantir a fundação da CUT no Conclat e preparar a greve geral. Até o último fim de semana as regiões de Ijuí, Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas e Vale dos Sinos haviam realizado suas plenárias de militantes sindicais. Paralelo a esse processo, uma série de sindicatos vem realizando assembleias para a eleição dos membros de base e diretoria para delegado.

Na semana passada surgiu um fato novo. As federações realizaram uma reunião onde um dos pontos de pauta era a participação ou não no III Enclat. Nesta reunião somente as federações dos metalúrgicos, alimentação e construção civil votaram favoravelmente à participação no Enclat. As demais declararam que se os sindicatos

filiação quis serem participar, podem, mas a entidade enquanto tal não enviará os delegados a que tem direito. O não envio de delegados não é novidade porque no primeiro e segundo Enclats estas federações não participaram. O fato novo nesta reunião foi o anúncio da provável convocação de um novo congresso de trabalhadores chamado pelas federações com a clara intenção de iniciar um processo de divisão do movimento sindical, no rumo do "Congresso de Unidade" proposto por Ari Campista para outubro.

A posição adotada pela maioria das federações, no entanto, até agora, não ameaça de forma alguma a representatividade e a unidade do III Enclat RS.

Para o encontro são esperados cerca de 700 delegados que deverão discutir e deliberar acerca da relação das comissões de fábrica com os sindicatos, da organização inter-sindical, Conclat, CUT, greve geral e política salarial e previdenciária.